

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

ATA DA 421ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

ATA – Aos vinte e quatro de abril de dois mil e oito, no Auditório Abraão de Moraes, reuniu-se em Sessão Ordinária a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, sob a presidência do Senhor Diretor, Prof. Dr. Alejandro Szanto de Toledo, e com a presença dos seguintes membros: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Hercílio Rodolfo Rechenberg, Artour Elfimov (de 10h24min até 11h50min), Dmitri Maximovitch Gitman (até 11h53min), Dirceu Pereira (até 12h30min), Guennadii Michailovitch Gusev (até 12h56min), Iberê Luiz Caldas (de 10h03min até 11h), Manoel Roberto Robilotta, Márcia Carvalho de Abreu Fantini (após 09h57min), Maria Teresa Moura Lamy (até 10h28min), Marina Nielsen (até 12h20min), Mauro Sérgio Dorsa Cattani (das 09h25min até 10h18min), Nelson Carlin Filho (até 11h18min), Sylvio Roberto Accioly Canuto e Vito Roberto Vanin. **Chefes de Departamento:** Profs. Drs. Roberto Vicençotto Ribas, Fernando Silveira Navarra (de 09h20min até 12h20min), Renato de Figueiredo Jardim e Mário José de Oliveira. **Presidentes das Comissões:** Profs. Drs. Celso Luiz Lima, Aldo Félix Craievich (até as 11h50min). **Professores Associados:** Profs. Drs. Elisabeth Mateus Yoshimura, Carmen Pimentel Cintra do Prado, Helena Maria Petrilli (das 09h27min até 11h18min), Valmir Antonio Chitta (até 12h17min), Jesuína Lopes de Almeida Pacca, Thereza Borello-Lewin, Paulo Alberto Nussenzveig (suplente) (das 9h05min até 12h42min), Manfredo Harri Tabacniks (após 09h30min), Pedro Kunihiko Kiyohara (até 13h), José Roberto Brandão de Oliveira (até 10h55min), Wayne Allan Seale, Antonio Domingues dos Santos (após 10h11min), Luís Raul Weber Abramo (suplente) (de 9h50min até 12h42min) e Suhaila Maluf Shibli (suplente). **Professores Doutores:** Profs. Drs. Carmen Silvia de Moya Partiti (até 11h18min), João Zanetic (até 12h), Maria José Bechara, Philippe Gouffon, Alexandre Alarcon do Passo Suaide (suplente), Raphael Liguori Neto, Márcia de Almeida Rizzutto (suplente) (das 10h36min até 12h28min), Américo Adlai Franco Sansigolo Kerr (após 10h12min), Maria Regina Dubeux Kawamura (após 09h40min), Nilberto Heder Medina, Hideaki Miyake (até 12h30min) e Paulo Reginaldo Pascholati. **Professor Assistente:** Prof. Flavio João Alba (até 12h10min). **Representante Discente:** Sr. Arão Benjamim Garcea, Jonas de Sousa Alves e Guilherme Vieira dos Santos. **Representantes dos Servidores não docentes:** Sras. Edneia Alves de Rezende e Elisabeth Ethiene Varella. Encontram-se **afastados** os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Alinka Lépine, Antonio Fernando Ribeiro de Toledo Piza (licença-prêmio), Antonio Martins Figueiredo Neto (licença-prêmio), Carlos Castilha Becerra (licença-prêmio), Elcio Abdalla, Marília Junqueira Caldas (licença-prêmio), Silvio Roberto de Azevedo Salinas. **Chefe de Departamento:** Prof. Dr. Paulo Eduardo Artaxo Netto. **Professores Associados:** Profs. Drs. Fuad Daher Saad (licença-prêmio), Said Rahnamaye Rabbani (licença-prêmio) e Renata Zukanovich Funchal (licença-prêmio). **Professor Assistente:** Prof. Dr. Helcio Onusic (suplente) (licença-prêmio). Não compareceu à reunião, mas justificou sua ausência: **Representante dos Servidores não docentes:** Sr. Valdemir Elias da Silva. Não compareceram à reunião e **não apresentaram justificativas** para suas ausências **Professores Titulares:** Profs. Drs. Adalberto Fazzio, Adilson José da Silva, Armando Corbani Ferraz, Coraci Pereira Malta, Edilson Crema, Gil da Costa Marques, Henrique Fleming, João Carlos Alves Barata, José Carlos Sartorelli, Josif Frenkel, Marcelo Otávio Caminha Gomes, Marcos Nogueira Martins, Maria Cristina dos Santos, Nei Fernandes de Oliveira Junior, Nestor Felipe Caticha Alfonso, Ricardo Magnus Osório Galvão, Victor de Oliveira Rivelles e Walter Felipe Wreszinski. **Chefe de Departamento:** Prof. Dr. Oscar José Pinto Éboli. **Presidentes das Comissões:** Prof. Dr. Luis Carlos de Menezes. **Professores Associados:** Profs. Drs. Lucy Vitória Credidio Assali e sua suplente Euzi Conceição Fernandes da Silva, Rosângela Itri e seu suplente Álvaro Vannucci, Rubens Lichtenthaler Filho e seu suplente Luiz Carlos Chamon, Sadao Isotani (suplente), Valério Kurak (suplente), Paulo Teotônio Sobrinho e seu suplente Jorge Lacerda de Lyra e Antonio José Roque da Silva. **Professores Doutores:** Profs. Drs. Giancarlo Espósito de Souza Brito, Marcelo Martinelli e seu suplente Daniel Reynaldo Cornejo e Kaline Rabelo Coutinho e sua suplente Carla Goldman. **Representantes Discentes:** Srs. André Machado Rodrigues e seu suplente Ivan Lúcio e Ademar M. Lacerda Filho. A Assistente Acadêmica, Sra.

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitung, secretariou a reunião. O Senhor Diretor iniciou a sessão às 9h20min pedindo licença para inverter a pauta, passando as comunicações dos senhores membros para o final da Ordem do Dia. Autorizado, passou à **1a. PARTE EXPEDIENTE ITEM I.1 – COMUNICAÇÕES DO DIRETOR**: 1) Comunicações da 201ª Sessão Ordinária do CTA, realizada em 17.04.08: a) Ofício FNC0062008IF, de 06.03.08, encaminhando pedido de cadastramento do Dr. Alberto Lozêa Feijó Soares no Programa de Pós-Doutorado da USP, tendo em vista o seu Projeto intitulado “Estudo da Produção de Quarks Pesados no Experimento ALICE”. b) Ofício DFEP 016/08, de 12.03.08, informando a aprovação do Dr. Diogo Soga no Programa de Pós-Doutorado da USP, tendo em vista o seu Projeto intitulado “Estudo de Propriedades Não-Lineares de Ferrofluidos em Escala de Tempo de Femtossegundos”. Comunicados. c) Edital Seleção RH 81/2008, sobre processo seletivo para contratação de Professor Colaborador na Universidade de São Paulo. O Sr. Diretor informou tratar-se de um processo do qual o IF tem feito uso nos últimos anos e que está disponível novamente. Portanto, se algum Departamento ou algum grupo de pesquisa tiver a intenção de trazer um Professor Colaborador, deve aproveitar a oportunidade. d) Portaria Interna IF-6, de 24.03.08, que cria Comissão para formular proposta de Licenciatura em Física, modalidade à distância. O Sr. Diretor disse que a USP se manifestou através da Reitoria, interessada em participar do processo do ensino a distância usando técnicas da informação modernas e criou uma Comissão para discutir esse assunto. Um dos pontos seria uma Licenciatura em Física. Com base nessa colocação, foi criada uma Comissão para elaborar proposta coordenada pelo Prof. Gil da Costa Marques, Diretor da Coordenadoria de Tecnologia da Informação, e ao mesmo tempo a pessoa nomeada para coordenar esse processo dentro da Universidade, como informou na reunião anterior da Congregação. Disse que considerava que por conta não só da ação da UNIVESP, ou seja, da Secretaria do Ensino Superior do Estado de São Paulo que coloca esse como um dos projetos importantes, que seria muito interessante que o IF não ficasse fora desse processo. Prosseguiu informando que foi criada uma Comissão, composta basicamente por um representante de cada Departamento que está envolvido com o ensino, para poder debater o assunto e apresentar uma proposta. Essa Comissão teria uma vida média de 60 dias para poder elaborar essa proposta. Qualquer pessoa que queira participar ou contribuir nesse processo deve entrar em contato com a Comissão e será bem-vinda. O Prof. Zanetic manifestou-se dizendo que novamente esse tema volta a ser debatido e que tivemos não com relação à Licenciatura à distância em Física como o Sr. Diretor estava mencionando, mas à Licenciatura em Ciências, que teve uma Comissão da Reitoria constituída há cerca de cinco ou seis anos, cujo Coordenador é o Prof. Cipolla, do ICB e na qual há um representante da Física. Lembrou que o Prof. Cipolla esteve recentemente aqui no IF, falando sobre essa Licenciatura em Ciências à distância. Informou que se surpreendeu com a fala dele de que a Comissão foi constituída de forma muito semelhante com que o que aconteceu na criação da USP Leste. Embora as Unidades tenham sido ouvidas, foram muito mal ouvidas. Não houve um envolvimento institucional de fato. A mesma coisa está ocorrendo desta vez. O Prof. Cipolla disse que a Comissão ficou meio de escanteio e ela só voltou à tona porque o governo do estado teve a iniciativa de promover a sua UNIVESP que é a Universidade à Distância. Disse que queria alertar a nossa comunidade de que devemos estar muito mais atentos dessa vez ao que está ocorrendo. Se há interesse acadêmico de fato, se nós estamos interessados em investir, quais são as razões que fazem com que a própria Universidade volte a discutir esse tema, indagou. É importante que tenhamos uma atenção especial para que não se repita com essa discussão de educação à distância o que ocorreu na expansão da zona leste. Sugeriu que a Comissão tenha a devida atenção em relação às questões acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão que envolvem esse tema. O Sr. Diretor concordou plenamente com a colocação e disse que essa era uma das razões pela qual destacou esse tema nas comunicações. Considera que ensino à distância ainda não é uma realidade, mas vai se tornar realidade em breve no país e acredita que o IF deva ter uma posição institucional fundamentada a respeito. Disse que essa Comissão simplesmente vai debater e fazer uma proposta de encaminhamento. Sugeriu que as pessoas que gostariam de participar desse debate de uma forma mais direta não esperem que a Comissão traga eventualmente uma colocação

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

e entrem em contato com essa Comissão que poderá até promover um debate no IF. Considera que devemos ter uma posição institucional, porque se for uma posição somente da Comissão, qualquer que seja esta posição, dificilmente vai ser implementada porque não tem força de trabalho, não tem capacidade para ser levada adiante. Disse saber que as pressões referentes a prazos não são pequenas, mas que a qualidade e a transparência do processo não podem ser prejudicadas por conta disso. É preciso encontrar um equilíbrio. e) **Circ.SG/COP/20, de 27.03.08, sobre Sugestões para Diretrizes Orçamentárias para 2008.** O **Sr. Diretor** comunicou o recebimento da circular da COP solicitando sugestões para as Diretrizes Orçamentárias para 2008, processo que ocorre todo o ano. O IF tem oportunidade de rever os algoritmos, rever os critérios de distribuição de recursos orçamentários entre as Unidades. Tem a possibilidade de colocar questões novas ou alterar questões. Disse que a Diretoria está recebendo sugestões dos Departamentos, o que não impede que pessoas individualmente encaminhem suas sugestões. f) **Of.DFMA-033/08, de 10.04.08, encaminhando solicitação do Prof. Elcio Abdalla de abertura de processo administrativo por prevaricação contra o Senhor Diretor.** O **Sr. Diretor** informou que a solicitação foi encaminhada diretamente à Reitoria pelo signatário, não cabendo deliberação por parte da Congregação. 2) **OUTRAS COMUNICAÇÕES:** a) **Ofício DFMA-25/08, de 04.04.08, à Magnífica Reitora, sobre "editais para a contratação de Professor Doutor junto ao Departamento de Física Matemática, e OF.DIF.063/2008, de 07.04.08, esclarecendo o procedimento adotado pelo Presidente da Congregação.** O **Sr. Diretor** disse que considera muito importante essa comunicação porque diz respeito a deliberação da Congregação. Apresentou um breve histórico sobre o assunto, lembrou o procedimento adotado, acompanhado por todos, acrescentando que houve uma reclamação desse procedimento junto à Reitora, conforme atestam os ofícios supra-mencionados. Acrescentou que respondeu ao Chefe do Departamento de Física Matemática reiterando as razões pelas quais agimos dessa forma, resposta essa encaminhada também à Magnífica Reitora. b) **Carta, de 08.04.08, da Comissão de Pós-Graduação Interunidades, informando sobre a extensão para o doutorado das áreas de Ensino de Física e Ensino de Química, do programa da CPGI. Comunicado. ITEM 1.2 – COMUNICAÇÕES DO DIRETOR SOBRE DEFESAS DE TESES:** A) **DEFENDERAM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:** Derberson Pereira de Sousa – aprovado. "Determinação Experimental da Densidade Nuclear dos Isótopos ${}^6\text{Li}$ " - Orientador: Prof. Dirceu Pereira. Elaine Angelina Colagrande – aprovada. "Desenvolvimento de um Jogo Didático Virtual para o Aprendizado do Conceito de Mol" - Orientador: Prof. Bayardo Baptista Torres (IQUSP). Elisa Thomé Sena – aprovada. "Um Modelo de Exclusão Assimétrico para o Transporte de Partículas Mediado por Motores Moleculares" - Orientador: Profa. Carla Goldman. Glauco dos Santos Ferreira da Silva – aprovado. "As Intervenções do Professor e o Processo Grupal nas Aulas de Física: Uma Análise à Luz da Teoria de Grupos Operativos" - Orientador: Prof. Alberto Villani. Hedhio Luiz Francisco da Luz – aprovado. "Sistemas Não-Lineares Aplicados a Condensados Atômicos com Interações Dependentes do Tempo" - Orientador: Prof. Lauro Tomio (IFT). Helio Massaharu Murata – aprovado. "Aplicação do Geant4 no Estudo da Influência da Rugosidade da Superfície de Ânodos de Tubos de Raios X Utilizados em Radiologia Diagnóstica" - Orientador: Prof. Maurício Moralles (IPEN). João Basso Marques – aprovado. "Medida de uma Curva Contínua do Poder de Freamento de Partículas α em Al em Região do Pico de Bragg" – Orientador: Prof. Raphael Liguori Neto. Jorge Lampe Narciso Junior – aprovado. "Conceitos de Química na Educação Básica e na Academia Aproximações e Distanciamentos" - Orientador: Prof. Nélio Marco Vincenzo Bizzo (FEUSP). José Edmar Arantes Ribeiro – aprovado. "Sobre a Força de Lorentz, os Conceitos de Campo e a "Essência" do Eletromagnetismo Clássico" - Orientador: Prof. Álvaro Vannucci. Marcos Vogel – aprovado. "O Recomeçar a cada Memória: Relatos (Auto)Biográficos de Professores de Química da Rede Estadual Pública Paulistana" - Orientador: Profa. Daisy de Brito Rezende (IQUSP). Osvaldo Dias Venezuela – aprovado. "Demarcando Ciências e Pseudociências para Alunos do Ensino Médio" - Orientador: Prof. Osvaldo Frota Pessoa Júnior (FFCLH). Sandra Noemi Finzi – aprovada. "Os Livros Didáticos de

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

Química para o Ensino Médio: Critérios de Análise e Concepções de Professores” - Orientador: Profa. Adelaide Faljoni-Alario (IQUSP). Comunicado. B) DEFENDERAM TESE DE DOUTORADO: José Cleriston Campos de Souza – aprovado. “Análise Geométrica e Dinâmica de Modelos de Gravidade Generalizada” – Orientador: Prof. Alberto Vasquez Saa (UNICAMP). Katuscia Nadyne Cassemiro – aprovada. “Correlações Quânticas Multicolores no Oscilador Paramétrico Ótico” – Orientador: Prof. Paulo Alberto Nussenzeig. Comunicado. ITEM I.6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS: a) 406ª Sessão, realizada em 26.04.07. O Sr. Diretor colocou em votação e foi aprovada com 2 abstenções. 2a. PARTE ORDEM DO DIA ITEM II – ASSUNTO REMANESCENTE DA 419ª E 420ª. SESSÃO, DE 28.02.08 E 27.03.08: ITEM II.1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2007. Relator da CCEX: Profa. Marília Junqueira Caldas. O Sr. Diretor comunicou que tendo em vista que não havia nenhum membro da Comissão de Cultura e Extensão Universitária presente à reunião, estava retirando o item de pauta. ITEM III – ASSUNTOS NOVOS PARA DELIBERAR: ITEM III.1 - HOMOLOGAÇÃO DA INDICAÇÃO DO PROF. FERNANDO TADEU CALDEIRA BRANDT, COMO SUPLENTE DO REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA EXPERIMENTAL JUNTO À COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, ATÉ 29.03.2010, PARA COMPLETAR O MANDATO DO ATUAL SUPLENTE (PROF. FERNANDO SILVEIRA NAVARRA) QUE RENUNCIOU. ITEM III.2 - HOMOLOGAÇÃO DA INDICAÇÃO DOS PROFESSORES VALDIR BINDILATTI E NELSON CARLIN FILHO, COMO REPRESENTANTES TITULAR E SUPLENTE DA COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, JUNTO À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS, POR 01 ANO, A PARTIR DE 29.04.08. ITEM III.3 - HOMOLOGAÇÃO DA INDICAÇÃO DA PROFESSORA KALINE RABELO COUTINHO, COMO SUPLENTE DO REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA GERAL JUNTO À COMISSÃO DE BIBLIOTECA, POR 02 ANOS, A PARTIR DE 24.04.08. O Sr. Diretor colocou em votação em bloco e os três itens foram aprovados por unanimidade. ITEM III.4 – “DESLIGAMENTO OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA MATEMÁTICA” A PEDIDO DO VICE-CHEFE DO FMA. O Sr. Diretor comentou que no dia 27 de fevereiro foi enviada à Magnífica Reitora uma carta assinada pelo Suplente do Chefe em exercício do Departamento de Física Matemática, da qual leu o seguinte trecho: “Em vistas da profusão de atos vindos da direção do IF e seus agentes que tem início logo na primeira reunião oficial do IF, vimos nesta pedir o desligamento oficial do Departamento de Física Matemática deste Instituto. Estamos a disposição de Vossa Magnificência para os detalhes de como proceder a essa ação”. Disse que o Gabinete da Reitora recebeu esta carta, porém nem o Regimento Geral nem o Estatuto da USP prevêem o desligamento de um Departamento de uma Unidade de Ensino. Continuou relatando que no dia 29 de fevereiro, o gabinete da Reitora solicitou ao Suplente do Chefe em exercício do Departamento de Física Matemática “a fim de que seja possível analisar devidamente a solicitação formulada em sua correspondência, em 27/02/2008, informamos a Vossa Senhoria que são necessários maiores esclarecimentos sobre o seu pedido de “desligamento oficial do Departamento de Física Matemática do IF””. Comentou ainda que essas são cartas, digamos, unilaterais. Sem cópia para a direção do IF. No dia 27 de março, ou seja, praticamente um mês após essa troca de correspondências, o Chefe de Gabinete da Reitoria reitera esse pedido de esclarecimento ao Departamento de Física Matemática. Porém, dessa vez a correspondência foi encaminhada com cópia ao Diretor do IF. Assim, somente no dia 27 de março a Diretoria do IF toma conhecimento dessa tramitação. Dessa forma, no próprio dia 27 de março, tentamos nos esclarecer sobre a situação para formar uma opinião sobre como agir. Para isso, encaminhamos uma correspondência aos Chefes de Departamento com cópias ao Chefe do Departamento de Física Matemática e ao Chefe de Gabinete da USP solicitando análise e manifestação dessa documentação. Disse que consultando o Regimento da Universidade e do Instituto de Física verificasse que o órgão pertinente para deliberar sobre o tema é a Congregação. Comentou que no Regimento Geral consta que uma das competências da Congregação é propor ao CO a criação, transformação ou extinção de Departamentos, mas não existe a figura de desligamento. Dessa forma, solicitou aos Departamentos que reflitam sobre o momento e sobre a situação. Mencionou que este assunto foi comunicado na sessão

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

anterior da Congregação e que o Chefe do Departamento de Física Matemática disse que, de fato, o encaminhamento do documento à Reitoria fora um engano e que apuraria as responsabilidades. Disse que na semana seguinte telefonou para o Chefe do Departamento de Física Matemática dizendo que para poder deliberar de forma mais clara sobre isso, qualquer que fosse a manifestação do Departamento em resposta à solicitação do Chefe de Gabinete, apreciaria que a direção do IF fosse comunicada, exatamente para poder orientar as ações. Até hoje, dia 24 de março, disse não ter recebido nenhuma correspondência. Consequentemente seu entendimento é que, perante o IF, esta manifestação explícita do Departamento continua verdadeira e valendo. Colocou o assunto em debate para saber como o IF deve agir e deu a palavra ao Chefe do Departamento de Física Matemática caso queira esclarecer a assembléia para que se possa deliberar. O **Prof. Elcio Abdalla** disse considerar que como comunicação é válida, mas foi uma tramitação que ocorreu entre o Suplente do Chefe em exercício e a Reitoria. A Reitoria é que resolveu informar ao Sr. Diretor e não há nada de mal nisso. Todas as perguntas já foram respondidas à Reitoria e não foram enviadas ao Diretor do IF porque foi uma correspondência que ele enviou para a Reitoria. Considera que não há nada a deliberar aqui. Pode ser informado, mas na verdade não há tramitação nenhuma. Houve uma discussão que de fato acabou sendo prematura, isso tudo foi explicado para a Reitoria e propôs que isso se encerrasse aqui, caso contrário teria mais coisas a dizer. O **Sr. Diretor** pediu que ele dissesse e ele respondeu que dependia se a Congregação desejava continuar essa discussão que ele acredita não tenha base nenhuma para continuar nesse momento. O **Prof. Vito Vanin** disse que outras ações aconteceram e dão substância a esse pedido. Disse que foram surpreendidos no Conselho Universitário, há duas ou três semanas, com a informação do Pró-Reitor de Pós-Graduação de que um grupo de professores do IF teria se dirigido a ele para discutir novos cursos de Física. Isso combina muito bem com esse pedido de separação, de maneira que há outras ações sérias e que gostaria muito de mais esclarecimentos. O **Prof. Roberto Ribas** lamentou que um processo dessa natureza e dessa envergadura seja feito às escondidas, sem esclarecimento ao IF. Disse que os Chefes ou representantes de Departamento passaram meses trabalhando num processo de redistribuição das siglas entre os Departamentos, motivado pelo rompimento do acordo de cavalheiros gerado exatamente pelo Departamento de Física Matemática, que deve ser encaminhado nesses dias à direção do IF e aos Departamentos para ser analisado e, posteriormente, discutido na Congregação. Considera então que todo esse trabalho realizado foi em vão, que não deve ser continuado enquanto não se souber sobre o desenvolvimento dessa carta. Disse sentir-se incapaz, primeiro por ter perdido todo esse tempo e agora sente que não se tem condições de julgar qualquer coisa sem que haja maiores esclarecimentos sobre o que está ocorrendo. O **Prof. Mauro Cattani** informou que conversou com o Prof. Abdalla e com outros docentes do Departamento de Física Matemática e entendeu que todo esse encaminhamento é um encaminhamento pessoal que não tenha nenhum envolvimento legal para qualquer decisão da Congregação. Disse ter lembrado ao Prof. Abdalla que quando o Departamento de Física Matemática foi criado, foi necessária a figura do Prof. Moysés Nussenzveig para trazê-los aqui para baixo. Agora vão precisar de outro Moisés para levar não sabe para onde. Enquanto não se descobrir esse outro Prof. Moysés, considera que não faz sentido ficar discutindo aqui. Questionou sobre o que querem deliberar, se for sobre a extinção, essa não existe, disse. Onde vão ser alocados os professores, indagou. Para onde vão os professores cujo Departamento seja extinto, perguntou. O **Sr. Diretor** respondeu que como qualquer transferência de docentes, a tramitação é exatamente a mesma. Os docentes podem ir para outros Departamentos ou para outras Unidades. Isso é previsto no Regimento. Esclareceu ainda que não entendia que a manifestação fosse pessoal, já que foi assinada pelo Suplente do Chefe do Departamento que estava no exercício da Chefia do Departamento. Disse que tinha outras correspondências assinadas pessoalmente. Concordou que não cabe deliberar sobre o assunto na Congregação, porém esse é o desejo explícito, por escrito, de um Departamento. Disse que, como Diretor, se ignorar uma manifestação formal de uma instância, estaria prevaricando. O **Prof. Manoel Robilotta** perguntou ao Prof. Elcio se a sua fala no começo foi na condição de Suplente do Chefe de Departamento ou pessoal. Considera que seria interessante, aproveitando sua presença aqui, que

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

esclarecesse alguns pontos tais como se não reconhece a Diretoria do IF como legítima e se não reconhece a Congregação como instância superior do IF. Porque, nesse caso, a pergunta é por que não encaminhar essas questões diretamente às instâncias da Universidade. A Universidade tem instâncias exatamente para que se tenha essa discussão em níveis. Perguntou porque, se já mandou alguma coisa para a Reitoria, não informou a essa comunidade. Perguntou ainda se ele não se sente parte desta comunidade, se todas essas pessoas que estão aqui não são seus colegas de trabalho, se não fazem parte do mesmo grupo. Disse que gostaria de entender sua posição com respeito a esses pontos. Prosseguiu dizendo que o Prof. Oscar, quando esteve presente na reunião anterior da Congregação, teve uma fala que é diferente da sua. Disse que gostaria de entender se existe uma divisão entre o Chefe do Departamento e o seu Suplente, se o Suplente do Chefe fala em nome do Departamento ou não. Inclusive a sua carta para a Reitoria fala em desligar o Departamento do Instituto e as pessoas, aparentemente, não estavam sabendo. Pediu que esclarecesse à comunidade, na condição de colegas que são, como vê todos esses vários problemas e de onde emana o seu procedimento. O **Prof. Elcio Abdalla** disse que responderia a todas as perguntas. Primeiramente, disse que falou como Suplente do Chefe em exercício, até porque era a única pessoa na Congregação, hoje, representando o Departamento. O que de fato mostra alguma coisa. Mostra que o Departamento de Física Matemática não se sente mais à vontade depois desse número enorme de pressões que foram feitas sobre ele. Disse que ele e o Departamento de Física Matemática, embora não pudesse falar por todos, tinham grande apreço por muitos dos colegas aqui. Não se pode dizer da totalidade, porque a unanimidade é burra. Prosseguiu dizendo que se estava aqui conversando, isso demonstrava certo apreço e que respeitava suas opiniões e etc. O que não aguentam mais, disse, são questões de milímetros de espaço e disse que tinha algo para ler depois, mas que não queria ler nesse instante. Agora falava como Suplente do Chefe e depois poderia falar como docente. Disse que toda essa discussão saiu no Departamento de Física Matemática, onde todos receberam uma cópia daquela carta. Ela foi mandada por engano, engano esse que ele não atribuiu a ninguém. Disse não ter um laçao que assuma seu erro. Assumiu que enviou erradamente e que demorou a falar. Disse que não tinham um prazo para responder e que de fato, houve demora na resposta, e que consultou seus colegas sobre o que fazer. Informou que houve um procedimento, tudo foi discutido. Disse que também não é verdade que sua opinião e a do Prof. Oscar sejam diferentes, tanto que exercem a chefia em conjunto, agora. Informou que não participaria mais e, mesmo o Prof. Oscar estando afastado, informou que sua chefia iria até dia 19 de maio. Encaminhou uma carta de demissão da chefia do Departamento porque não queria mais participar de reuniões de Chefe e reuniões do CTA, como não está participando. O Prof. Oscar está afastado e quem está participando dessas reuniões é o decano, para evitar qualquer coisa. Ninguém quis candidatar-se a Suplência da Chefia que então ficou para ele. Disse que exerce a Suplência da Chefia juntamente com o Prof. Oscar, mas acredita que a direção do IF está colocando-os numa situação sem saída. Não sabem o que fazer. De fato, aquela carta foi prematura porque ela não dá subsídios à Reitoria para fazer qualquer coisa. Ela foi prematura, ela não foi suficientemente discutida. Foi um engano seu. Seu único engano, mas é de fato um sentimento que muita gente tem. Disse que isso não tem nada a ver com outra proposta, uma proposta independente de outros docentes, que pelo que saiba não há um curso de Física sendo proposto. É outra proposta sobre a qual não está autorizado a comentar porque não é de sua autoria. O **Prof. Robilotta** referiu-se ao problema de comunicação, questionando que se ele tem problemas com a Diretoria porque não comunica à Congregação. Disse que vem aqui discutir esses temas, tem um entendimento que é o de seguir as vias institucionais. Disse que havia uma carta apresentada à Congregação que oficialmente não foi retirada. Questionou se não seria mais fácil vir aqui e se expressar, encaminhar ele mesmo uma correspondência dizendo que a carta foi um engano. Pelo que ele relatou, a sua carta para a Reitoria foi mandada por engano, esse engano não foi reconhecido rapidamente, e até poderia ter sido, o que seria algo tão simples. Isso não complica a nossa vida mais do que precisa, perguntou. Indagou porque essas coisas não são simplificadas, trazidas à Congregação. O **Prof. Elcio Abdalla** disse que nunca trouxe o assunto à Congregação por tratar-se de uma correspondência entre eles e a Reitoria e que demoraram um mês para

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

responder a pergunta da Reitoria, 29 de fevereiro e a segunda carta foi 29 de março. Disse não ter mandado cópia ao Diretor porque isso não lhe dizia respeito. Era uma pergunta do Chefe do Departamento de Física Matemática à Reitoria. Uma parte interessada nisso tudo é o atual Diretor e ele não lhe mandará uma carta para explicar, porque disse estar perguntando à Reitoria, que está se comunicando com ela e informando que foi um engano. Dado que o assunto veio à Congregação, informou à mesma que tratava-se de um engano e espera que se encerre a discussão. Admitiu, outra vez, que o Departamento levou um tempo para responder e que a Reitoria também não fixou um prazo; se tivesse fixado prazo teriam cumprido. Mas demoraram algum tempo para responder, algumas pessoas estavam de férias, algumas pessoas estavam afastadas. Disse que não informaram à Congregação porque não há ato nenhum, de fato não há uma carta formal com número de ofício. O **Prof. João Zanetic** reportou-se ao início da intervenção do Prof. Abdalla, que também consta do conteúdo de sua carta à Reitora, que cita pressões da direção do IF, desde o primeiro dia. Ao mesmo tempo, diz, ele se comunica com a Reitoria, não quer se comunicar com a direção do IF, mas também não quer se comunicar com o conjunto dos colegas, pelo menos na sua compreensão. Solicitou que ele explicitasse pelo menos duas pressões, que entre outras, teriam levado o conjunto dos docentes a ter a atitude separatista. O **Prof. Elcio Abdalla** respondeu que a primeira pressão é sobre espaço. O Diretor exige de volta espaços que eram costumeiramente do Departamento de Física Matemática. Essa é uma delas que disse considerar extremamente injusta. Algumas delas foram acordadas nominalmente, pessoa a pessoa, e agora são negadas. Outra pressão que disse considerar muito injusta é que a Reitoria concedeu-lhes um claro e esse claro lhes foi retirado. Disse que pode falar de outras pressões como carga didática, docentes, etc. Informou que o Departamento de Física Matemática não participa da Congregação porque não se sente à vontade para apresentar qualquer coisa e, inclusive, essa manifestação não é levada ao conjunto da Congregação porque não querem discutir com a Diretoria, que nesse caso é a sua oponente, assim a consideram. O **Sr. Diretor** disse que gostaria de esclarecer a Congregação sobre os pontos de discordância que existem. No seu entendimento, disse que foram colocados três pontos: espaço, claros e carga didática. Prosseguiu dizendo que em nenhum instante a questão de espaço foi discutida no ambiente. O **Prof. Elcio Abdalla** disse que o Presidente de uma Congregação tem a atribuição de distribuir a palavra ao debate. Disse que estava respondendo a alguns colegas. Disse que se tiver que debater com o Sr. Diretor, debaterá, mas que não é justo que ele responda a todas as perguntas interpostas a ele, as quais responderá. Isso não é um debate entre mim e o senhor, advertiu. Prosseguiu dizendo ao Diretor que talvez ele não tenha aprendido isso se sentando naquela cadeira e que ele tem que diferenciar a figura do Prof. Alejandro Szanto de Toledo da figura do Diretor. Que ele está investido da Diretoria deste Instituto. Se quiser receber suas cartas, as cartas dos professores, as correspondências, deverá ter uma atitude imparcial, isso é um conflito de interesses. Se o senhor quiser falar dessa maneira. Foi interrompido pelo **Sr. Diretor** que lhe perguntou qual era a questão de ordem. O **Prof. Elcio Abdalla** respondeu que era ele se sentar na assistência e passar a Presidência ao Prof. Hercílio, porque responderia a todas as questões, já tem feito isso, sentado na mesa do Diretor. O **Sr. Diretor** respondeu dizendo que não entendia isso como uma questão de ordem, mas estava respondendo a uma acusação, uma afirmação de que o Diretor está retirando ou questionando espaço, claros e carga didática. Disse que ele não mencionou o docente, mencionou o Diretor. É uma questão muito séria de uma afirmação equivocada. O espaço foi deliberado em instância institucional, o CTA. Pode ser que o Departamento também não reconheça o CTA, que é o Conselho Técnico-Administrativo, ou seja, todas essas questões de espaço foram deliberadas, sem nenhum voto contrário, nem do Departamento de Física Matemática. A pressão que o Diretor faz é tanta, disse, que até hoje não foram implementadas em nome do bom funcionamento, apesar de ter a manifestação do CTA. O CTA é uma instância superior ao Diretor. E essa instância deliberou. Claro é uma deliberação desta Congregação, ou seja, está se atribuindo ao Diretor a responsabilidade de uma decisão da Congregação. O Diretor, como foi dito aqui, executa as ordens. Foi uma proposta da Congregação. E no que diz respeito à carga didática, esclareceu que o Diretor tem uma ação nula em relação a ela. A carga didática é deliberada por instâncias desta Unidade compostas e

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

respaldadas pelo Regimento. Vê que as três citações do Diretor são equivocadas porque não são ações do Diretor, são ações das instâncias superiores do IF. Disse sentir-se na obrigação de esclarecer esse caso, que não estava debatendo, estava esclarecendo fatos. O **Prof. Aldo** fez uma reflexão sobre a manifestação do decano do Departamento de Física Matemática que esteve presente ao último CTA de que essa carta enviada pelo Prof. Elcio não foi aprovada em reunião do Conselho do Departamento. Pediu ao Prof. Elcio que se manifestasse nesse sentido, porque se não foi aprovada, ele realmente devia se desculpar, mais do que dizer que foi um engano. Assim como teve coragem de enviar uma carta por um engano, deve ter coragem de enviar outra carta dizendo que foi um engano. Reconhecer um engano de forma explícita e escrita não faz mal nenhum, pelo contrário, é uma coisa positiva e com isso se poderia voltar atrás. Disse que a parte mais importante de sua manifestação é um convite ao Prof. Elcio e a todo o Departamento de Física Matemática. Um convite sincero, que vem de toda sua experiência de quarenta anos na pesquisa em várias instituições do Brasil e do exterior. Falou de sua experiência no CBPF e mostrou que, historicamente, de desligamentos no CBPF surgiram instituições hoje muito fortes como o INPA, O LNCC, o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron. Disse acreditar que toda instituição, todo Departamento, toda carreira nova, todo o projeto novo é sempre muito bom porque o entusiasmo e a vitalidade dos novos projetos são muito maiores. Considera que o IF está velho, sem modificar a sua estrutura há muitos anos. Quando se fala aqui de novas carreiras ou se fala de Física Médica ou Física de Materiais, tudo isso é abortado em nome de não sabe o quê. Em particular, o Departamento de Física Matemática sempre foi contra esse tipo de abertura, de coisas novas. Disse ser a favor dessa abertura e até do desligamento, mas pensa que por respeito a todos nós como seres humanos, sensíveis e inteligentes isso deveria ser feito pela porta principal, não pela janela, não com cartas pessoais, tem que ser feito institucionalmente. Qualquer desligamento em um projeto que tenha sentido, qualquer nova carreira, tudo isso tem que ser discutido e ele apoiará sempre porque entende que novas idéias e novos projetos dão certo, quase sempre. A **Profa. Mazé** disse queria trazer a questão que vem depois, porque considera que essa questão, e o que ela significa de fato, é determinante de questões muito prementes que temos que discutir em continuidade ao futuro do IF. Disse que estava tentando entender a situação porque, dentro de poucas semanas, teremos uma decisão sobre a redistribuição de disciplinas, que diz respeito a todos, à Congregação, e pode ter conseqüências e teremos que levar esses fatos em conta neste caso, tanto em relação a onde alocar as disciplinas, como onde alocar futuros cargos docentes. Finalizou esclarecendo que estava falando do ponto de vista institucional, que é o que cabe se discutir aqui. O **Prof. Celso Lima** disse que grande parte do que falaria, o Prof. Aldo expressou de maneira muito precisa e muito adequada e apenas acrescentou que vivemos neste IF, já há alguns anos provavelmente, uma situação de litígio latente, às vezes explícito, como a que muitas vezes acontece com casais que estão há muito tempo juntos. No caso de casais, freqüentemente as pessoas até podem buscar o apoio de um psicólogo de casais ou coisa que o valha, lembrando porém que embora esse tipo de profissional exista no mercado externo à Universidade, isso não é adequado para o mercado acadêmico. Considera que deveriam pensar pela saúde mental de todos nós, pelas condições de trabalho adequadas que todos nós buscamos para nós mesmos, pelo desenvolvimento profissional que todos queremos, pelo prazer de continuar fazendo o nosso trabalho porque não se ganha o suficiente pelo tanto que se trabalha, e a única coisa que nos mantém aqui é o gosto e o prazer pelo que fazemos. Talvez devamos, e conclama os colegas do Departamento de Física Matemática, a que debatamos isso claramente. Disse que, como no caso da separação de casais a que se referiu anteriormente, pensa que o IF deveria discutir entre si e verificar se existe esse novo projeto que o Prof. Aldo menciona e, se esse projeto satisfizer os colegas envolvidos, pensa que o IF devia dar todo o apoio e auxiliar essa transição. Isso significa que vamos ter duas instituições, cada uma delas muito boa, e lembrou aos colegas o que já mencionou nesta Congregação, que este IF é grande, mas ele é maior do que a soma de suas partes individuais. Disse que acreditava que já mostrou isso aqui nesta Congregação de uma maneira indireta. Mas de qualquer maneira considera que devem levar esse desafio para o futuro do IF a sério, debater claramente esse problema e, eventualmente se for essa a solução, que a solução seja levada a sério. O IF como um todo toma as

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

providencias, auxilia esse processo de transição para novos desafios e quem sabe nós tenhamos no futuro duas instituições, uma nova e outra renovada que consigam continuar trabalhando e produzindo. O **Prof. Mauro Cattani** relatou o que aconteceu no passado, dizendo que muitos dos que estão no Departamento de Física dos Materiais e Mecânica não sabem o que aconteceu quando o Prof. Guimarães era Chefe do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica. Naquele tempo escreveu uma carta que encaminhou ao Diretor do IF, na época o Prof. Goldenberg. A secretária digitou a carta e mostrou-a a ele porque era Suplente do Chefe em exercício. A carta era uma loucura e pedia a extinção do Departamento. Como o Prof. Guimarães era uma pessoa muito explosiva, decidiu guardar a carta na gaveta, dado que era uma sexta-feira, para ter tempo de discutir o assunto com o ele na segunda-feira, o que de fato aconteceu. Dessa forma, na terça-feira seguinte conseguiu convencê-lo de que aquilo era um ato impensado e ele rasgou a carta. Disse que passou uns seis meses achando que tinha feito um erro. Talvez tivesse sido melhor extinguir o Departamento, por razões que agora não queria comentar. Mais tarde percebeu que o Departamento de Materiais e Mecânica é fantasticamente importante. É o Departamento mais importante deste IF. Sugeriu que se pensasse um pouco, se ponderasse para ver o que se vai fazer. Pode até ser interessante o Departamento de Física Matemática mudar-se de Instituto, disse, mas vamos resolver com calma, não numa reunião como esta. Lembrou que se tivesse encaminhado a carta do Prof. Guimarães para o Diretor naquela ocasião, teria denegrado a figura do Prof. Guimarães. Finalizou dizendo que quem se esquece do passado está condenado a revivê-lo. O **Prof. Vito Vanin** disse que os Profs. Aldo e Celso citaram um ponto muito importante que foi a sugestão de conversarmos com esses colegas que no seu entendimento deveriam ser todos convidados a virem aqui para conversar. Em particular, o Departamento de Física Matemática que, se não endossa o pedido dessa insatisfação, devia nos informar isso por escrito. Disse que gostaria de conversar com essa outra parte que está insatisfeita e querendo um novo curso. Esse grupo que foi conversar na Reitoria que se identifique, que venha aqui conversar conosco. Pensa que é essa a questão, a de estabelecer esse diálogo. Disse que o Departamento de Física Matemática foi o único Departamento mencionado e pediu que todos os colegas desse Departamento que não concordem nos avisem que não concordam e expliquem suas razões para que se possa entender. Estamos sendo forçados a envolver um tempo sem um diálogo efetivo porque sequer sabemos quem é o outro lado. A **Profa. Marina Nielsen** manifestou-se dizendo que acreditava que essas pessoas não estão interessadas em conversar, que é exatamente o que disse o Prof. Elcio. Essas pessoas não os reconhecem mais. Quando o Prof. Elcio vem aqui e diz que ele não comunicou sua intenção ao Diretor - apesar dele ter pedido algum esclarecimento - porque entende que nem ele nem nós temos nada a ver com esse assunto, já que quem solicitou o esclarecimento foi a Congregação, ele quer dizer que entende que pode encerrar a discussão. Diante disso, considera que a ideia de que se poderia conversar com eles é uma ilusão. Esses colegas não estão interessados em conversar com a gente, e por isso tomam uma decisão que não nos envolve e a discussão passa a ser diretamente entre eles e a Reitoria. Disse que era assim que entendia isso tudo. O **Sr. Diretor** manifestou-se informando que gostaria de concluir dizendo algumas palavras na qualidade de Diretor. Disse que o assunto é muito sério porque as coisas nem sempre são fáceis de dizer aberta e claramente e a ideia de trazer essa questão à Congregação é exatamente em nome da transparência da gestão. Disse que faz questão que a instituição, através de seus órgãos adequados, seja perfeitamente informada de tudo o que está acontecendo. O certo e o errado. Disse que aceita a ideia de que a forma como esse assunto chegou à Reitoria pode ter sido uma forma equivocada, mas que o conteúdo é real. Disse que o IF tem um fórum que é perfeitamente adequado para debater suas questões políticas e acadêmicas que é a Congregação, motivo pelo qual está trazendo essa questão à Congregação. Informou que não lhe passou pela cabeça deliberar sobre esse assunto, mas que é preciso debatê-lo, porém entende que nas comunicações não há espaço para debate, porém na Ordem do Dia há. Disse que conversou com vários membros do Departamento de Física Matemática e observou que o mesmo descrédito que eles têm da Congregação também têm em relação ao próprio Departamento. Esse descontentamento é geral na instituição, não é nem por causa do Diretor atual, nem por causa do Diretor anterior, nem por causa do

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

Chefe de Departamento atual, nem do anterior. É uma situação com a qual convivemos. Disse que temos que debater qual é o projeto acadêmico que o IF tem. Se esse projeto conta com seis Departamentos, cinco Departamentos, ou seja, qual é o projeto. E nós estamos num momento muito propício para ter esse debate. No seu modo de ver, a abordagem da questão da distribuição de siglas foi equivocada, mas talvez tenha sido a única forma da qual dispúnhamos. Então entre equivocada e a paralisia, talvez a forma equivocada traga mais benefícios. Disse que temos sim problemas graves. Estamos debatendo aqui há sete anos o problema do perfil do Físico, a função da nossa grade, do nosso Bacharelado. Disse lembrar-se que o Prof. Renato Jardim, enquanto Presidente da CG, trouxe essa questão, portanto, essa questão não é minha e nem desta gestão; ela é do IF e portanto tem que ser debatida. Eventualmente esse problema hoje aparece centrado no Departamento de Física Matemática, um problema muito mais profundo e nós temos que debater sim, sendo a Congregação o fórum apropriado para o debate. Se há visões diferentes e existem soluções diferentes, temos que discuti-las. E esse foi o intuito ao trazer essa questão aqui: o de trazer a verdade, informações, fatos e argumentos para reflexão. Não vamos deliberar nada hoje, entretanto considera que houve sim uma solicitação à Congregação e por isso foi colocado em pauta. Informou que retiraria de pauta este item e que aguardava uma manifestação formal do Departamento de Física Matemática que dê subsídios para que essa discussão vá adiante, ou se encerre.

ITEM III.5 – APRECIÇÃO DO PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE DIPLOMA DE LIVRE-DOCENTE DO PROF. DMITRY VLADISLAVOVICH VASILEVICH, OBTIDO NA ST. PETERSBURG STATE UNIVERSITY RÚSSIA. *Relatores da CPG:* Prof. Adilson José da Silva, Prof. Artour G. Elfimov e Profa. Marina Nielsen. *Relator da Congregação:* Prof. Gustavo Alberto Burdman. O Sr. Diretor informou que os relatores da CPG deram pareceres favoráveis, tendo analisado a questão do ponto de vista do mérito, ou seja, se o interessado tem nível de Professor Livre-Docente do IF. Solicitamos que o Prof. Burdman relatasse pela Congregação, mesmo não sendo membro dela, porque temos tido dificuldade de conseguir relatores. O Prof. Burdman deu um parecer e colocou uma questão de esclarecimento ou de manifestação. Disse que estava considerando a possibilidade de retirar de pauta este item para que seja esclarecido. A Profa. Mazé disse que o parecer da CPG é um parecer sobre reconhecimento de um título de Livre-Docência. Existe uma praxe na Universidade de que o parecerista tenha que ter, pelo menos, o nível do caso que está sendo pedido. Não está dizendo que as pessoas que não têm a titulação não tenham competência para falar sobre o título. Disse ter notado que o reconhecimento, a homologação da Livre-Docência do Prof. Burdman vem em seguida. Disse que só estava apontando uma questão formal, sem entrar no mérito dos pareceres. O Sr. Diretor respondeu que o Prof. Burdman tem a Livre-Docência e que não conseguiu nenhum Professor Titular que se dispusesse a relatar o processo, além daqueles que já o haviam relatado. O Prof. Celso Lima manifestou-se lembrando inicialmente que num assunto como esse o Presidente da CPG não devia ter que pedir a palavra, devia ter sido convidado a falar inicialmente. Disse que a CPG tomou todos os cuidados possíveis. A CPG entende que em todos os pedidos de reconhecimento de títulos o cuidado tem que ser grande, em especial na medida em que o candidato que solicita pode tornar-se um dos nossos. Essa é uma das poucas razões que possa imaginar para que alguém faça um pedido de equivalência de um título de Livre-Docência obtido no exterior. E, sob este ponto de vista, a CPG tomou absolutamente todo o cuidado. Disse que foi constituída uma Comissão de três professores; dois de áreas correlatas que foram os Professores Adilson e Marina e o Prof. Artour Elfimov, que embora não sendo da área, é um colega deste IF que obteve a sua titulação na Rússia e portanto passou pelos mesmos passos que o solicitante havia provavelmente passado. Sob este ponto de vista, a Comissão constituída pela CPG foi bastante clara. Analisou o mérito da solicitação, a qualidade da instituição que concedeu o título e o pronunciamento destes três colegas foi favorável. Tomou-se inclusive um cuidado de, numa situação como essa, pedir a três Professores Titulares desta instituição. Disse considerar que só Professores Titulares e do corpo permanente poderiam avaliar adequadamente um potencial candidato a ingressar em nossos quadros, já que isso é o que se coloca quando se faz uma equivalência de Livre-Docência. Disse que houve outra coisa interessante, na medida em que temos dentro do corpo docente

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

desta instituição pelo menos dois docentes que são os Professores Artour Elfimov e Dmitri Gitman, ambos Professores Titulares oriundos da Rússia e que tiveram provavelmente o mesmo tipo de progressão carreira; dessa forma, entenderam que o Prof. Elfimov era adequado para participar dessa Comissão. Disse que se existe alguma dúvida, considera que devemos proteger a instituição e, nesse sentido, caberia a retirada do item de pauta, além do encaminhamento para outro parecerista da Congregação para que pudesse dirimir essa dúvida. O **Sr. Diretor** concordou e retirou o item de pauta, informando que o assunto deverá voltar à pauta na próxima sessão da Congregação. **ITEM III.6 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2007. Relator da Comissão: Profa. Rosângela Itri.** O **Prof. Hercílio**, suplente da Presidente da Comissão de Graduação, informou que a Profa. Rosângela Itri está na reunião do Conselho de Graduação onde está sendo votado o Regimento da Graduação e a ideia é consolidar uma série de regras que existem no Regimento Geral e assim por diante. Apresentou então um resumo do Relatório da CG, dizendo tratar-se essencialmente de uma série de números. Mostrou o número de turmas que foi atendido nos dois semestres de 2007 e, como costumeiramente acontece, há uma demanda maior no primeiro semestre, mas disse que não sabe porque isso acontece. Mostrou a distribuição dos Professores no IF que ministraram disciplinas da Graduação nos dois semestres do ano passado. Chamou atenção para o total: 113 e 111. Esses números de certo ponto de vista escondem alguma coisa. Tudo que aparecer em vermelho aqui são dados que não constam do Relatório, mas que considerou interessante acrescentar para dar um pouco mais de interesse à discussão. Entre aqueles docentes estão incluídos alguns que são ou substitutos ou colaboradores e disse que há várias situações em vários Departamentos. Quando diz substitutos, quer dizer docentes regularmente contratados por um prazo limitado para substituir alguém com afastamento longo. Os números em vermelho representam aqueles que são realmente do corpo permanente do IF. O número deles é importante porque esse é o número que é efetivamente influenciado por coisas como licença prêmio, bônus noturno, cobrança de carga dupla e assim por diante. Aí vale a pena fazer uma comparação. Olhem só os totais. No primeiro semestre são 104, no segundo 105. Disse que fez um levantamento mais minucioso dos últimos 5 anos e olhando aqueles números totais observa-se que a média histórica até 2005 oscilava entre 120, 125 docentes do IF ministrando disciplinas da Graduação. A partir de 2005 esse número começou a cair por várias causas. Existe a própria redução do corpo docente, mas também existe um número maior de licenças prêmio. Afirmou ter-se chocado ao descobrir que no semestre atual esse número é menor do que 100, é 96. Existe, ligada a isso, toda a questão do prazo final para desfrutar a licença prêmio e assim por diante, então otimisticamente acredita que esse é o fundo do poço e que já no próximo semestre esse número deve começar a crescer, considerando-se aqueles que terão sido contratados com esses novos concursos e assim por diante; mas não deixa de ser um sinal de alerta. Um deles é que o nosso corpo docente engajado na Graduação teve uma queda considerável. O **Prof. João Zanetic** considerou importante que depois do primeiro número de Professores se colocasse uma linha com o número total de Professores de cada Departamento, porque dá um diagnóstico do comprometimento docente dos Professores do Departamento. Disse que há distorções muito grandes. Há Departamento com 30 Professores que só comprometem dois terços e há Departamentos que tem 20 Professores que tem um comprometimento quase que da sua totalidade. O **Prof. Hercílio** informou que não dispunha desses números no momento, mas a ideia também não era abrir esse tipo de polêmica. Normalmente se sabe que as tarefas de ensino são complementadas com Monitores que agora têm outras denominações. O antigo Monitor A é o Monitor bolsista. No primeiro semestre temos 31, no segundo 21, e assim por diante; PAE é o antigo Monitor B que agora está incluído num projeto da Reitoria. Os Monitores C continuam sendo os mesmos. Apesar da crise de mão de obra docente não houve um aumento de Monitores pagos pelo IF, ao contrário, houve uma redução de 36 para 31 no primeiro semestre e 35 para 21 no segundo semestre. Isso se explica porque houve uma compressão da oferta de disciplina que foi outra medida que teve de ser tomada. Disse que não incluiu aqui nenhum cálculo da carga média por docente. Houve um aumento considerável, sim. Chegou bem mais próximo de 6 do que o valor histórico de 5. Isso é uma coisa que jamais foi imposta, mas foi um grande acordo de

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

cavaleiros informal dentro do IF para responder essa situação de crise. Mostrou o balanço das entradas e saídas de alunos. Ao lado de cada número há o número entre parênteses, uma comparação de 2007 e 2006. O número total de ingressos flutua um pouco em função do número de transferências, mas é sempre algo da ordem de 360. Depois se tem os alunos desligados por conta dos artigos 75 e 76 do Regimento Geral. Recapitulando rapidamente, lembrou que o art. 75 é o que se aplica a alunos que simplesmente abandonam o curso e se eles não se matriculam nos quatro semestres seguintes são automaticamente desligados. Esse número quatro, no novo Regimento, está sendo proposto que seja reduzido para dois. A tendência agora, no novo Regimento da Graduação, é tornar estes critérios mais severos. O art. 76 é o caso de alunos que não completaram o mínimo de créditos naquelas disciplinas em que se matricularam no semestre. O número total de alunos desligados foi o mesmo em 2006 e 2007, porém a razão do desligamento mudou. Disse não saber se cabe fazer alguma interpretação. Não estamos falando de evasão então, quantitativamente, a evasão continua a mesma, mas a qualidade da evasão mudou. Diminuiu bastante o número de alunos que simplesmente abandonaram. Isso poderia significar que esses alunos, ao invés de simplesmente abandonar o curso, eles ainda fazem um último esforço, vindo pelo menos se matricular. E aí vão mal e acabam abandonando da mesma forma. E um número otimista no fim é o dos formados. Em 2007 se formaram ao todo 146 contra 116 no ano anterior. Houve um aumento considerável no Bacharelado. Esperamos que essa seja uma tendência que se confirme nos próximos anos. O nosso total de alunos matriculados é algo da ordem de 1600. Esse é um número que nunca foi colocado antes no Relatório de Atividades da CG, sendo no entanto aquilo que no fundo reflete uma boa parte do tempo que os membros da CG dedicam a ela, que é analisar e despachar requerimentos de alunos. Em 2007, foram mais de 1300 requerimentos no primeiro semestre e quase 1000 no segundo. Existe um convênio com a École Polytechnique, no qual, de modo geral, o IF tem tido bastante sucesso. Nesse ano de 2007 foram 7 os alunos do IF que participaram da seleção. Disse que quando fala da seleção é já da etapa final na qual vem aqui os Professores da École Polytechnique e fazem o exame oral que dura vários dias, não só do IF, mas da EPUSP e de outras escolas. Foram selecionados 4 alunos do IF, que já devem estar viajando para Paris. Normalmente eles ainda fazem um curso intensivo de Francês porque começam o curso na França em setembro. Fazem dois anos e voltam com o duplo diploma, o da Polytechnique e também o da USP. A grande maioria tem conseguido levar esse processo até o fim, são poucos os casos de desistência. O convênio com a Polytechnique expirou em novembro de 2007. É um convênio com validade de 5 anos. Inicialmente era um convênio entre a EPUSP e a École Polytechnique, depois foram incluídas outras escolas, o IFUSP, IQUSP, IFSCar. Quando se fala em convênios, isso inclui coisas desse porte e também convênios de estágio em empresas. Tudo isso agora tem que ser feito eletronicamente, via sistema Mercúrio, e o próprio formato da coisa impede que seja repetido o processo anterior. O convênio agora tem que ser feito Unidade por Unidade, a Reitoria mudou as regras para convênios. Caberá ao IF, se realmente quiser renovar esse convênio, tomar as medidas necessárias. Disse que a CG em sua maioria, bem como ele próprio, considera que é favorável e positiva a existência desse convênio porque é um canal que permite uma promoção, uma oportunidade aos nossos melhores alunos de fazer uma carreira. Disse que teve a informação que o Instituto de Física de São Carlos não pretende renová-lo baseado na ideia de que são justamente os melhores alunos que estão sendo levados da Unidade, inviabilizando os efeitos benéficos que esses alunos teriam sobre os colegas, no sentido de puxar o nível para cima. Disse não saber se essa é uma discussão que deva ser feita. Não podemos esquecer que temos estudantes que estão no primeiro, segundo ano dos cursos da École Polytechnique e, na ausência de um convênio, a situação deles talvez fique difícil, talvez deva haver uma informação melhor sobre isso. Falou sobre a Bolsa Ensinar com Pesquisa que é uma iniciativa bem sucedida e a cada semestre, quando é aberto o edital, aparecem propostas interessantes e os alunos têm participado regularmente. Essa é uma bolsa parecida com a bolsa de Iniciação Científica que é financiada pela Pró-Reitoria de Graduação. Existe a bolsa Santander de intercâmbio internacional de alunos de Graduação com países Ibéricos e América Latina em geral. Informou que participando de reuniões observou que existe um interesse muito grande pela bolsa por parte da maioria das Unidades da USP,

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

exceto no IFUSP, cujo número de alunos interessados é muito pequeno. O mesmo acontece no IFSCar. Disse que não sabe se é uma particularidade da carreira, dos cursos de Física que os alunos não vêm nesses países nada que seja suficientemente atrativo para que bons alunos se candidatem. A demanda aqui ainda é muito pequena; uma aluna foi contemplada no ano passado e suponho que esteja cursando disciplinas em Madrid. Mostrou quem foram os membros da CG em 2007, houve algumas mudanças. Mostrou quem são os funcionários que dão apoio da secretaria de Graduação e Seção de Alunos. O **Prof. Iberê Caldas** considerou muito interessantes os vários dados apresentados, em particular quanto aos requerimentos, e perguntou se ele tinha ideia da porcentagem dos requerimentos que foram aprovados e se é possível identificar a origem, qual é o assunto em pauta, algo que poderia ser evitado, para diminuir o número de requerimentos a partir da simplificação de algum mecanismo de decisão da CG. O que está gerando os requerimentos e que porcentagem está sendo aprovada. Observou que houve um número grande de requerimentos deferidos e sugeriu que deveria ser criada alguma regra que evitasse os requerimentos, dado que é quase um requerimento por aluno. O **Prof. Hercílio** informou que os requerimentos são relativos às nossas disciplinas oferecidas à EPUSP, IME, IAG e assim por diante. Uma fração grande desses requerimentos refere-se a aproveitamentos de estudos, sendo que este tipo de solicitação deve ser analisado caso a caso, sendo, porém, a maioria deles deferida. Além disso, há muitos casos de pedidos de dispensa de requisito e o que se tem feito é nos casos em que esse aluno já cursou a disciplina requisito e foi reprovado com uma média acima de 4 ou coisa desse tipo, é dada a ele a oportunidade de cursar a disciplina, agora simultaneamente com o requisito. Considera que isso poderia ser afrouxado de alguma maneira. A **Profa. Carmen Prado** disse que gostaria de dar exatamente essa sugestão. Sabe que na Universidade Federal de São Carlos existe uma nota limite, quem passa com menos de 4 não tem direito a quebrar o pré-requisito e quem passa entre 4 e 5 automaticamente é dispensado desse pré-requisito. Sugeriu que para a próxima reforma de currículo devia-se pensar muito bem nisso, manter os pré-requisitos realmente fundamentais, ser firme na aplicação da regra e acabar com essa impressão dos alunos de que eles sempre vão quebrar os pré-requisitos através dos requerimentos. Porque, comentou, é voz corrente entre os alunos que a questão dos requisitos não é uma coisa bem pra valer, porque caso o aluno não seja aprovado na disciplina, ele tenta na CG burlar os pré-requisitos com inúmeros argumentos. Isso dá trabalho para todos os lados e não aponta para os alunos algo fundamental que é o fato aquela disciplina ser necessária para ele entender a outra. Caso contrário, ao invés de fazer essa ele faz a outra, repete nas duas e isso não resolve o problema. O **Prof. Hercílio** disse que tendia a concordar. E lembrou que também existem alguns requisitos que são fracos, que se o aluno tiver uma nota superior a 3, automaticamente pode cursar a próxima disciplina. O **Prof. Vito Vanin** disse que queria recuperar a história dos requerimentos. Lembrou que quem começou e que foi responsável pelo aumento dos requerimentos foi o Prof. Alceu, nos idos de 91, quando detectou que muitos requerimentos dos alunos eram despachados pela Seção de Alunos e que, dependendo da história que o aluno contava, deferia ou não o requerimento. O Prof. Alceu então acabou com isso. Concluiu que as coisas devem ser decididas, no mérito, pela CG.

ITEM III.7 - MOÇÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO SOBRE EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL "SALARIO-EDUCAÇÃO". O **Sr. Diretor** informou que era uma moção que circulou no CO e veio para o IF para ciência e manifestação, se assim o colegiado o desejar. O **Prof. Vito Vanin** disse que esperava que todos tivessem lido o documento que está na página 143, anexo 10 da pauta. Lembrou a questão da autoridade porque quem fez a moção foi a Faculdade de Educação que entende muito bem como funciona o financiamento da educação e eles cercam nessa moção os dois lados que acontecem. É uma contribuição que não tem contrapartida em nenhuma proposta orçamentária atualmente e está sendo suprimida. É um dinheiro que desaparece. Era um dinheiro que tinha que ser gasto e não podia ser contabilizado como gasto em educação. Para que todos tivessem ideia, disse que hoje três e meio por cento do PIB vai para a educação e se suspeita que um por cento desse não vai para a educação mesmo. São dinheiros que são contabilizados lá, mas são vinculados. Não se permitia que isso acontecesse com esse dinheiro. É uma supressão de cerca de dez por cento da despesa com educação da nação e está

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

sendo retirada. Enfatizou que é um valor significativo, um apoio importante e aproveitou a ocasião para fazer uma proposta à Congregação. Informou que o Ministro Haddad esteve na Universidade e pediu o apoio da USP para a melhora da educação no país, por isso considera que nesse apoio devemos começar a nos manifestar, com manifestações de teor semelhantes a esse. Informou que o salário de um professor na escola pública em São Paulo, por 30 horas é de mil e trezentos reais. Então nós estamos formando aqui estudantes que tem um curso duríssimo, de 4 ou 5 anos, para ir para a escola pública ganhar mil e trezentos reais por mês, o que está abaixo do vencimento médio de um profissional de ensino superior. Tanto o Ministro quanto o Secretário têm dito que o salário não é o problema, os problemas são outros, um deles é a formação; mas o salário é um requisito. Com um salário nesse nível tem-se extrema dificuldade em conseguir gente competente que suporte toda a etapa para se formar e o trabalho duro que é dar aula. Disse que em algum momento, temos que sinalizar e dizer, sim, que a USP é a Universidade mais importante do país, se ela não disser que um salário de mil e trezentos reais é insuficiente, ninguém mais vai dizer. Disse que em algum momento queria conversar com todos e ver a possibilidade de se fazer uma moção da Congregação pedindo um aumento substancial no salário dos professores, como foi feito com os militares. Que também para o professor tenha algo substancial, como dobrar o salário em cinco anos. Disse que queria lançar a ideia para as pessoas pensarem um pouco sobre que moção seria conveniente a Congregação fazer, mas pensa que isso é uma contribuição definitiva e definida. Na questão dessa proposta disse que pode historiar que tentou algo semelhante quando estava no Conselho de Graduação, há mais de 15 anos. A moção foi feita, com a colaboração inclusive do representante da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, que ficou surpreso com o salário dos professores, e ajudou a fazer uma moção muito interessante que a Pró-Reitoria de Graduação cortou, mutilou de tal maneira que a proposta ficou irreconhecível. Uma moção dessas não vai prosperar sem que estejamos realmente interessados que ela vá e tenha um conteúdo bom. Disse que queria lançar a ideia, propor e conversar com os colegas sobre se deveriam fazer uma moção acerca dos salários dos professores. O **Sr. Diretor** manifestou-se dizendo que uma vez que se tenha essa moção aqui, consultará à Congregação se quer apoiá-la. Colocado em votação, o apoio à moção foi aprovado com 1 abstenção. O **Sr. Diretor** disse então que informaria ao CO e à Faculdade de Educação o apoio do IF.

ITEM III.8 – HOMOLOGAÇÃO DO PARECER FINAL DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA MATEMÁTICA, NO QUAL SE INSCREVEU O PROFESSOR GUSTAVO ALBERTO BURDMAN (EDITAL IF/050/2007). Colocado em votação foi aprovado com 36 votos a favor e 8 abstenções.

ITEM III.9 – INCLUSÃO DAS SOLICITAÇÕES DE CLAROS TEMPORÁRIOS EM SUBSTITUIÇÃO AOS PROFESSORES MARCOS NOGUEIRA MARTINS (FEP), LUIZ CARLOS GOMES (FEP) E ADALBERTO FAZZIO (FMT), NO PLANO DE METAS. O **Sr. Diretor** lembrou de reuniões anteriores da Congregação, a última e a penúltima, quando a Comissão de Claros solicitou que todo pedido de substituição, mesmo no caso dos temporários, esteja incluída no Plano de Metas. Na última reunião da Congregação, lembrou, tivemos alguns casos parecidos e foram aprovados; ou seja, em tese, foi aprovado o princípio de que substituições temporárias teriam prioridade porque, na grande maioria, eles têm a verba que é ressarcida pelo órgão que solicita o nosso docente. A Comissão de Claros Docentes (CCD) solicita que especifiquemos nossas prioridades e na última reunião colocamos que a primeira prioridade será o conjunto de substituições temporárias. E esse é um caso semelhante ao da última reunião, que deve aparecer com certa regularidade uma vez que nossos docentes são muito requisitados para exercer funções fora da Universidade. Colocou em discussão, primeiro se a Congregação aceita que se inclua isso no Plano de Metas. E segundo, já na mesma discussão, se concordam em colocar no primeiro item, junto com os outros, o bloco de substituições por claros temporários. Informou que a CCD analisa os pedidos em dois blocos, efetivos e temporários, sendo que um não compete com o outro. Então há os temporários, que fazem um conjunto e os outros. A **Profa. Mazé** sugeriu que sendo em separado, o que faz mais sentido, se aprovasse esse caso e aprovasse o princípio no caso de substituição temporária, já que não compete com a verba do definitivo; disse que aprovar o princípio

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

dos futuros casos seria uma aprovação geral para isso. Disse que é diferente do caso do pedido de novos claros porque considera que entre um cargo efetivo e o temporário não teria dúvida de que a prioridade seria o efetivo. Pensa que não seria necessário passar pela Congregação todas os pedidos de claros docentes para substituições; poder-se-ia fazer, se couber, como uma votação para esse caso e os demais. O **Sr. Diretor** informou que esse princípio foi mais ou menos aprovado na última reunião e que se sentia mais confortável em colocar porque pode aparecer um caso cinzento e então não ficaria à vontade. Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. **ITEM III.10 – CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, REF. MS-3, EM RDIDP, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA EXPERIMENTAL, NO QUAL ESTÃO INSCRITOS OS SEGUINTE DOUTORES: GILBERTO FRANCISCO DE LIMA, KATYA MARGARETH AURANI, CRISTINA LEITE, UBALDO MARTINS DAS NEVES, REBECA VILAS BOAS CARDOSO DE OLIVEIRA E MARIA BEATRIZ FAGUNDES, EDITAL IF/062-07. A) Aceitação das Inscrições, b) Formação da Comissão Julgadora.** Colocadas em votação, as inscrições foram aceitas com o seguinte resultado: Gilberto Francisco de Lima, 39 votos a favor e 4 votos em branco; Katya Margareth Aurani, 37 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos em branco; Cristina Leite, 27 votos a favor, 2 contra e 4 votos em branco; Ubaldo Martins das Neves, 39 votos a favor e 4 votos em branco; Rebeca Vilas Boas Cardoso de Oliveira, 37 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos em branco; Maria Beatriz Fagundes, 27 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos em branco. **b) Formação da Comissão Julgadora do Edital IF/062-07.** O **Prof. Fernando Navarra** disse que as inscrições passaram pelo Conselho do Departamento de Física Experimental, que fez um levantamento de informações básicas sobre os candidatos e há uma tabelinha onde consta a idade do candidato, o ano de obtenção do Doutorado e o orientador, se houve ou não Pós Doutorado, conforme informações do Currículo Lattes, título do projeto de pesquisa e eventuais colaboradores. Disse que aparecem tanto pessoas que foram de fato co-autores de trabalhos, como outras pessoas que só participaram de atividades em comum. Não há nessa tabela nenhum julgamento de mérito, são apenas informações. Disse que estava apresentando esse resumo dos candidatos porque isso tem virado uma praxe na Congregação, mas tomou-se no Departamento o cuidado de não sugerir para a banca nomes que tivessem alguma conexão com algum candidato. Temos a Cristina Leite, o Gilberto Franco de Lima que foram orientados pela Profa. Alinka Lépine, Maria Beatriz Fagundes que fez Doutorado na Alemanha orientada por Helmut Fischner, Katya Aurani que fez Doutorado em Paris orientada pelo Michel Paty, Rebeca Vilas Boas Cardoso de Oliveira também orientada da Profa. Yasuko, terminou o Doutorado em 2006, Ubaldo Martins das Neves que fez o Doutorado em São Carlos e concluiu em 2007. Disse que se pode voltar a essas informações se houver necessidade. Informou que tentaram fazer uma banca que fosse, além de independente e sem conexão com nenhum dos candidatos, o mais sênior possível e essa banca ficou composta da seguinte forma: Prof. Manoel Robilotta, que todos conhecem bem, o Prof. Luis Carlos de Menezes que é uma das pessoas que tem conhecimento geral da área de Ensino do IF e também conhecem bem. Os outros três nomes são pessoas bem conhecidas da área. A Profa. Ana Maria Pessoa de Carvalho, da Faculdade de Educação, Professora Titular e pesquisadora do CNPq, o Prof. Otto Neri Borges, da Universidade Federal de Minas Gerais, Professor Associado que foi escolhido por ter apresentado e falado sobre a área no evento organizado pela SBF em 2006, também é pesquisador do CNPq e o Prof. José André Peres Angoti, da Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Titular e pesquisador do CNPq e um dos dirigentes do grupo de Santa Catarina, que é muito importante na área de Ensino no país. Adiantando a sugestão de suplentes, citou o Prof. Vito Vanin representando a casa; o Prof. Arden Zylbersztaj, que tem um perfil muito semelhante e oriundo da mesma instituição que o Prof. José André Peres Angoti e o Prof. Nilson Garcia, da Universidade Federal do Paraná. Após votação, apurou-se o seguinte resultado. Membros titulares. Primeiro escrutínio: Professores Manoel Roberto Robilotta, 8 votos; Luiz Carlos de Menezes, 8 votos; Anna Maria Pessoa de Carvalho, 8 votos; Oto Néri Borges, 8 votos; José André Peres Angotti, 7 votos e 181 votos em branco. Segundo escrutínio: Professores Manoel Roberto Robilotta, 7 votos; Luiz Carlos de Menezes, 7 votos; Anna Maria Pessoa de Carvalho, 7 votos; Oto Néri Borges, 7 votos; José André Peres Angotti, 7 votos e 180 votos em

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

branco. Terceiro escrutínio: Professores Manoel Roberto Robilotta, 33 votos; Luiz Carlos de Menezes, 36 votos; Anna Maria Pessoa de Carvalho, 35 votos; Oto Néri Borges, 35 votos; José André Peres Angotti, 35 votos; Marco Antonio Moreira, 1 voto; Olival Freire Junior, 1 voto; Antonio Garnica, 1 voto e 18 votos em branco. Foi constituída a banca pelos Professores Manoel Roberto Robilotta, Luiz Carlos de Menezes, Anna Maria Pessoa de Carvalho, Oto Néri Borges e José André Peres Angotti. A seguir foram votados os membros suplentes da banca com o seguinte resultado. Primeiro escrutínio: Professores Vito Roberto Vanin, 7 votos; Arden Zylbersztajn, 8 votos, Nilson Marcos Dias Garcia, 7 votos; 3 votos nulos e 108 votos em branco. Segundo escrutínio: Professores Vito Roberto Vanin, 7 votos; Arden Zylbersztajn, 7 votos Nilson Marcos Dias Garcia, 7 votos; 3 votos nulos e 105 votos em branco. Terceiro escrutínio: Professores Vito Roberto Vanin, 35 votos; Arden Zylbersztajn, 36votos; Nilson Marcos Dias Garcia, 36 votos; 3 votos nulos e 16 votos em branco. Foi constituída a banca suplente pelos Professores Vito Roberto Vanin, Arden Zylbersztajn e Nilson Marcos Dias Garcia. **ITEM III.11 - CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, EM RDIDP, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA NUCLEAR, NO QUAL ESTÃO INSCRITOS OS SEGUINTE DOUTORES: ZÉLIA MARIA DA COSTA LUDWIG, ARY DE ARAÚJO RODRIGUES JÚNIOR, PAULO ROBERTO COSTA, GILBERTO MARCON FERRAZ, ANA PAULA MOUSINHO DOS SANTOS, MAURÍCIO MORALES, CARLA DA COSTA GUIMARÃES, EVAMBERTO GARCIA DE GÓES, SONIA HATSUE TATUMI E MARCELO BAPTISTA DE FREITAS (EDITAL IF/063/07).** **A) Aceitação das Inscrições.** Colocadas em votação, as inscrições foram aceitas com o seguinte resultado: Zélia Maria da Costa Ludwig, 39 votos e 4 votos contra; Ary de Araújo Rodrigues Junior, 39 votos e 4 votos contra; Paulo Roberto da Costa, 39 votos e 4 votos contra; Gilberto Marcon Ferraz, 39 votos e 4 votos contra; Ana Paulo Mousinho dos Santos, 39 votos e 4 votos contra; Maurício Morales, 39 votos e 4 votos contra; Carla da Costa Guimarães, 39 votos e 4 votos contra; Evamberto Garcia de Góes, 38 votos e 5 contra; Sonia Hatsue Tatumi, 38 votos e 5 votos contra e Marcelo Baptista de Freitas, 38 votos e 5 votos contra. **b) Formação da Comissão Julgadora.** O **Prof. Roberto Ribas** disse que o Departamento de Física Nuclear também fez um levantamento dos 10 candidatos inscritos, orientadores de Mestrado, de Doutorado e os supervisores de Pós-Doutorado, colaboradores em artigos e a instituição onde essa pessoa está trabalhando atualmente. Disse que a área do concurso que é ligada a Dosimetria da Radiação é uma área relativamente pequena e grande parte dos nomes, especialistas que poderiam estar na banca, tem ligação com algum dos candidatos. Disse que essa informação foi usada pelo Conselho do Departamento para fazer a sugestão da banca e mostrou o quadro com os nomes sugeridos. Foram sugeridos os nomes da Profa. Ana Maria Marques da Silva, da PUC do Rio Grande do Sul, que trabalha com Simulações Computacionais, Processamento de Imagem, ligado a área de Física Médica. Prof. Eduardo Yukihara, brasileiro, da Oklahoma State University, talvez a pessoa com maior conhecimento na área dos dez inscritos, sua área é basicamente ligada às Técnicas e Materiais para Dosimetria e Dosimetria Espacial de Nêutrons. É o especialista mais diretamente ligado à área do concurso. Há ainda três nomes que todos conhecem bem, Prof. Roberto Meigikos dos Anjos, da Universidade Federal Fluminense, trabalha com Segurança Radiológica, Monitoração Radiológica e Aplicações; Prof. Celso Lima, docente indicado para avaliar a formação geral dos candidatos, que todos conhecem também e o Prof. Nemitala Added, da nossa instituição, que tem trabalhado bastante com Aplicações ligadas a área de Física Nuclear. Como suplentes, foram sugeridas a Dra. Laura Natal Rodrigues, do IPEN, que trabalha na área de Dosimetria e Radiação e dois membros do IF que são a Profa. Maria Teresa Lamy, do Departamento de Física Geral e o Prof. Nilberto Medina, do Departamento de Física Nuclear. Colocada em votação a banca Titular obteve os seguintes resultados. Primeiro escrutínio: Professores Ana Maria Marques da Silva, 6 votos; Eduardo Gardenalli Yukihara, 6 votos; Roberto Meigikos dos Anjos, 6 votos; Celso Luiz Lima, 6 votos; Nemitala Added, 6 votos e 165 votos em branco. Segundo escrutínio: Professores Ana Maria Marques da Silva, 5 votos; Eduardo Gardenalli Yukihara, 5 votos; Roberto Meigikos dos Anjos, 5 votos; Celso Luiz Lima, 5votos; Nemitala Added, 5 votos e 170 votos em branco. Terceiro escrutínio: Professores Ana Maria Marques da Silva, 36 votos; Eduardo Gardenalli Yukihara, 36 votos; Roberto Meigikos dos Anjos, 34 votos;

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

Celso Luiz Lima, 34 votos; Nemitala Added, 37 votos e 18 votos em branco. A banca titular foi constituída pelos Professores Ana Maria Marques da Silva, Eduardo Gardenalli Yukihara, Roberto Meigikos dos Anjos, Celso Luiz Lima e Nemitala Added. Votada a banca suplente, obteve-se os seguintes resultados. Primeiro escrutínio: Professores Laura Natal Rodrigues, 5 votos; Maria Teresa Moura Lamy, 5 votos e Nilberto Heder Medina, 5 votos e 170 votos em branco. Segundo escrutínio: Professores Laura Natal Rodrigues, 5 votos; Maria Teresa Moura Lamy, 5 votos e Nilberto Heder Medina, 5 votos e 175 votos em branco. Terceiro escrutínio: Professores Laura Natal Rodrigues, 34 votos; Maria Teresa Moura Lamy, 34 votos e Nilberto Heder Medina, 34 votos; Mahir Saleh Hussein, 1 voto e 21 votos brancos. A banca suplente foi constituída pelos Professores Laura Natal Rodrigues, Maria Teresa Moura Lamy e Nilberto Heder Medina. **ITEM III.12 – CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, REF. MS-3, EM RDIDP, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA DOS MATERIAIS E MECÂNICA, NO QUAL ESTÃO INSCRITOS OS SEGUINTE DOUTORES: ANA PAULA MOUSINHO DOS SANTOS, ADRIANO REINALDO VIÇOTO BENVENHO, FERNANDO MARIO RHEN FILHO, VITOR RAFAEL COLUCI, ALEXANDRE REILY ROCHA, ALEXANDER DMITRIEVICH LEVIN, CILÂINE VERÔNICA TEIXEIRA, KLEBER ROBERTO PIROTA, ALEXANDRE FONTES DA FONSECA, LEANDRO JOSÉ RANIERO, SIMONE CAMARGO TRIPPE, MANUEL HENRIQUE LENTE, JOSÉ RAFAEL LEON FERNANDEZ, FÉLIX GUILLERMO GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, ALEXANDRE JOSÉ DE CASTRO LANFREDI, FABIO DE LIMA LEITE, JI IL KIM E DOUGLAS CASAGRANDE (EDITAL IF/082-07). A) Aceitação das Inscrições.** Colocadas em votação, as inscrições foram aceitas com o resultado de 39 votos a favor e 4 votos contra para todos os candidatos. O **Prof. Renato Jardim** disse que, assim como os demais departamentos, também foi discutida no âmbito do Conselho do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica uma planilha de todos os candidatos inscritos. O número é relativamente grande, são 18 na verdade, dentre esses 18 só 3 tiveram formação no próprio Departamento. Disse que não trouxe todas as informações da tabela, mas consta a formação de PhD, quem foi o orientador e a situação atual do indivíduo. Como foi aberto tanto na área experimental quanto na teórica, disse que classificaram o indivíduo sob o ponto de vista teórico e experimental e o plano de pesquisa que ele submeteu junto com a sua inscrição. As áreas são diversas, desde Nanociência Biológica até Nano Dispositivos passando por Simulação Computacional etc. Disse que havia outras colunas e uma delas não trouxe porque não era de interesse da Congregação, mas foi de interesse do Departamento porque seriam os possíveis colaboradores. Isso já foi feito no Departamento e todo o cuidado foi tomado para que a banca fosse sugerida levando em consideração esse item. Informou que quem tiver interesse na tabela toda só precisa mandar um email que ele repassará as informações. Prosseguiu dizendo que, de posse dessas informações, o Departamento sugeriu a seguinte composição da banca. Para membros titulares, como representante do Departamento o Prof. Carlos Becerra e o outro membro do IF é o Prof. Mário José de Oliveira, sendo ambos Professores Titulares. Como membros externos, foram indicados os Profs. Fernando Galembeck, Professor Titular no Instituto de Química da UNICAMP, especialista em Sistemas Nano Estruturados e tem formação em química, visto que muitos desses candidatos trabalham na interface entre Física e Química dos Materiais Nano Estruturados; Mario Baibich que foi homenageado pelo IF há poucos meses atrás, trabalha com Propriedades de Transportes e Magnéticas em Sistemas Nano Estruturados, é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Marcos Pimenta, Professor Titular da UFMG, tem trabalhado também com Materiais Carbonosos ou não, mas sempre na sua forma Nano Estruturada Físico Experimental. Desses quatro, só o Prof. Mário José de Oliveira tem formação teórica. Uma vez que a probabilidade de se encontrar um intervalo de tempo para 18 candidatos, caso todos eles confirmem a presença no concurso, vai ser meio difícil encontrar intervalo de tempo para que esses cinco docentes possam comparecer ao IF, disse que tiveram o cuidado de adicionar uma lista de suplentes um pouco maior do que a convencional, caso seja necessário. Passou a informar a sugestão de suplentes. Professores Marília Junqueira Caldas, Professora Titular e Física Teórica; Osvaldo Luis Alves do IQ-UNICAMP, Professor Titular, trabalha com Materiais Inorgânicos todos na forma Nano Estruturados, Propriedades Eletrônicas e Óticas; Paulo Fichtner,

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

microscopista eletrônico de renome nacional e internacional, trabalha com Materiais Nano Estruturados de maneira geral, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Luis Nunes, colega do Instituto de Física de São Carlos; Fernando Lázaro Freire, Microscopista, trabalha também com Materiais Nano Estruturados, Professor Associado da PUC, Físico experimental; Valdemar Macedo, Pesquisador Titular do CDTN de Belo Horizonte, trabalha com Nano Magnetismo e com Materiais Nano Estruturados; Wido Schreiner, Professor Titular da Universidade Federal do Paraná, trabalha com Filmes Finos e Materiais Nano Estruturados de maneira geral. A **Profa. Mazé** disse que se não estivesse enganada o que poderiam fazer era votar em suplentes entre 3 e 5, conforme indicado pelo Conselho do Departamento. Lembrou que não podem votar mais do que cinco nomes para suplentes, pois houve uma deliberação a esse respeito aqui na Congregação, e não queria que cometessem um engano de votar uma banca que não possa ser votada. O **Sr. Diretor** disse que tinha a mesma lembrança que a Profa. Mazé, mas como foi uma deliberação da Congregação ela pode ser alterada, se houver uma proposta diferente. A **Profa. Mazé** afirmou que estava falando de memória. Na ocasião viram que cada Unidade teve autonomia para definir o número e nós definimos, até uma próxima volta da questão, mas não em cada banca. Como não houve nova deliberação da Congregação a esse respeito, imagina que não possamos mais que 5 nomes. O **Prof. Celso Lima** disse lembrar-se que responderam a uma solicitação e definiram que era x, mas alguém perguntou, e foi a Reitoria, se bem se lembrava. Portanto, concluiu, não fomos nós que decidimos isso, mas houve uma emulação e uma resposta. O **Sr. Diretor** disse que em relação aos suplentes faria uma consulta ao Chefe do Departamento, se ele reduzir para 5 essa questão está equacionada, senão terão que verificar o procedimento. Lembrou ainda que há sete nomes na cédula e quem votar em mais do que 5 nomes anula o voto e que deve haver pelo menos um nome da Unidade. O **Prof. Renato Jardim** enfatizou aos colegas a sugestão do nome da Profa. Marília Caldas, membro do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica.

b) Formação da Comissão Julgadora. Colocada em votação, a banca titular obteve os seguintes resultados. Primeiro escrutínio: Professores Carlos Castilla Becerra, 4 votos; Fernando Galembeck, 4 votos; Mário Norberto Baibich, 4 votos; Mário José de Oliveira, 3 votos; Marcos Assunção Pimenta, 4 votos; Dmitri Guitman, 1 voto; Shiguelo Watanabe, 1 voto e 169 votos em branco. Segundo escrutínio: Professores Carlos Castilla Becerra, 4 votos; Fernando Galembeck, 4 votos; Mário Norberto Baibich, 4 votos; Mário José de Oliveira, 3 votos; Marcos Assunção Pimenta, 4 votos; Dmitri Guitman, 1 voto; Shiguelo Watanabe, 1 voto e 164 votos em branco. Terceiro escrutínio: Professores Carlos Castilla Becerra, 35 votos; Fernando Galembeck, 35 votos; Mário Norberto Baibich, 35 votos; Mário José de Oliveira, 32 votos; Marcos Assunção Pimenta, 35 votos; Dmitri Guitman, 1 voto; Shiguelo Watanabe, 2 votos e 15 votos em branco. A banca titular foi constituída então pelos Professores Carlos Castilla Becerra, Fernando Galembeck, Mário Norberto Baibich, Mário José de Oliveira e Marcos Assunção Pimenta. Votada a banca suplente, obteve-se os seguintes resultados. Primeiro escrutínio: Professores Marília Junqueira Caldas, 10 votos; Oswaldo Luiz Alves, 7 votos; Paulo Fernando Papaleo Fichtner, 8 votos; Luiz Nunes de Oliveira, 7 votos; Fernando Lázaro Freire Junior, 10 votos; Waldemar Augusto de Almeida Macedo, 3 votos; Wido Herwig Schreiner, 3 votos; 10 votos nulos e 132 votos em branco. Segundo escrutínio: Professores Marília Junqueira Caldas, 5 votos; Oswaldo Luiz Alves, 3 votos; Paulo Fernando Papaleo Fichtner, 4 votos; Luiz Nunes de Oliveira, 4votos; Fernando Lázaro Freire Junior, 6 votos; Waldemar Augusto de Almeida Macedo, 3 votos; Wido Herwig Schreiner, 2 votos; e 162 votos em branco. Terceiro escrutínio: Professores Marília Junqueira Caldas, 32 votos; Oswaldo Luiz Alves, 32 votos; Paulo Fernando Papaleo Fichtner, 28 votos; Luiz Nunes de Oliveira, 22 votos; Fernando Lázaro Freire Junior, 34 votos; Waldemar Augusto de Almeida Macedo, 14 votos; Wido Herwig Schreiner, 7 votos; Antonio Domingues dos Santos, 1 voto e 25 votos em branco. A banca suplente foi constituída então pelos Professores Marília Junqueira Caldas, Oswaldo Luiz Alves, Paulo Fernando Papaleo Fichtner, Luiz Nunes de Oliveira e Fernando Lázaro Freire Junior. **ITEM III.13 - PROPOSTA DO DEPARTAMENTO DE FÍSICA GERAL DE MUDANÇA DO REGIMENTO DO INSTITUTO DE FÍSICA, ARTIGO 52, REFERENTE AOS CONCURSOS DE INGRESSO À CARREIRA DOCENTE.** O **Sr. Diretor** lembrou que em alguns concursos há um número elevado de candidatos o que dificulta muito a composição

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

de bancas, uma vez que essa banca deveria permanecer aqui por um período de tempo muito longo. Está em discussão, sendo que temos uma proposta de concurso em duas etapas, permitido por lei, desde que a primeira etapa, segundo entendimento do Ministério Público, seja realizada através de prova objetiva. A prova objetiva, prevista no Regimento da Universidade, seria uma prova escrita. Consequentemente, há uma proposta de alteração do Regimento do IF para que os concursos de ingresso possam ter uma prova eliminatória, que tem que ser escrita de acordo com o Regimento Geral da Universidade, para reduzir até um número razoável, os candidatos aos concursos. Convidou o Prof. Mário para apresentar a proposta, por até 15 minutos, para debate uma vez que não há *quorum* qualificado para votar. O **Prof. Manoel** Robilotta disse que gostaria entender um pouco melhor esse tema, porque esse é um assunto muito importante. Perguntou qual é a autonomia que têm no IF para decidir com relação a uma proposta que será submetida à Universidade, gostaria de entender qual é o trâmite para essa proposta. O **Sr. Diretor** informou que quem aprova Regimentos e suas respectivas alterações é o Conselho Universitária; antes porém, essas propostas devem ser aprovadas pela Congregação, por maioria absoluta. O **Prof. Mário de Oliveira** informou que a proposta que está sendo apresentada foi discutida no Departamento de Física dos Materiais e que o Departamento de Física Geral tem uma proposta semelhante. Disse no entanto, que a proposta de seu Departamento foi encaminhada antes à Congregação e por isso é a que consta da pauta desta reunião, mas o Prof. Renato Jardim, Chefe do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica poderia apresentar também a proposta de seu Departamento. Confirmou que tem havido um número grande de candidatos aos concursos de ingresso à carreira docente e que considera interessante que haja uma prova eliminatória, o que já está previsto no Regimento Geral da USP. Disse que, porém, temos que mudar o nosso Regimento, já que não podemos simplesmente usar o Regimento Geral da USP. Comentou que o Regimento do Instituto de Física prevê atualmente a realização de três provas para esses concursos, conforme o artigo 52, sendo elas: julgamento e arguição de Memorial; prova didática e apresentação e arguição de projeto de pesquisa. Disse que o que se propõe é a substituição da terceira prova, apresentação de projeto de pesquisa, por uma prova escrita que é o que prevê o Regimento Geral. Essa prova escrita seria a prova eliminatória, prevista no Regimento da USP. Disse que temos que fazer uma mudança de tal maneira que contemple uma prova escrita, nos moldes da prova de Livre Docência. A **Prof. Mazé** perguntou se há um programa, como é a regulamentação da prova escrita, se tem que ter um programa e se esse programa tem que ser de disciplinas ou não. O **Prof. Mário** respondeu que a prova é eliminatória. A prova escrita tem que ser exatamente nos moldes da prova escrita do concurso de Livre-Docência. A Comissão Julgadora propõe 10 pontos baseados no programa do concurso e dentre eles, os candidatos sorteiam um ponto. O **Sr. Diretor** leu o artigo 139 do Regimento Geral da Universidade: *“Caso a prova referida no artigo anterior seja escrita, aplicam-se as seguintes normas: I – a comissão organizará uma lista de 10 pontos, com base no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto; II - sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas da duração da prova; III - durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos; IV - as anotações, efetuadas durante o período de consulta, poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final; V – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão; VI - cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora individualmente”*. O **Prof. Gitman** perguntou se há haveria prova referente ao projeto de pesquisa. O **Prof. Mário** respondeu que o Prof. Renato falaria sobre isso depois. Disse no entanto, que é claro que dentro dessas provas não será avaliado o projeto. Entretanto, pode ser colocada no edital a exigência de um plano de pesquisa. Assim, na primeira prova que é a prova de julgamento do Memorial, a banca teria oportunidade de indagar sobre o plano de pesquisa. Disse considerar que uma prova escrita é interessante, que são submetidos a uma prova escrita quando entram aqui na Universidade e é a única maneira de se colocar algo que seja uma prova que possa ser eliminatória segundo o Regimento da USP. Comentou que em algumas Unidades já se faz isso, como na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

Ribeirão Preto e o Instituto de Química de São Paulo. O **Prof. Sylvio Canuto** disse que esse ponto dedicado à questão do projeto pode realmente ser incorporado no Memorial e analisado conjuntamente. O **Prof. Mário** disse que esse procedimento tem que ser feito sempre. A banca decide se vão aprovar todos os candidatos ou uma parte deles porque, para ser aprovado para uma segunda etapa o candidato tem que ter nota mínima sete de todos os membros da banca. A **Profa. Mazé** perguntou se a Unidade tem autonomia para ter as duas possibilidades. O **Prof. Mário** respondeu que essa era a sua dúvida porque o Regimento Geral diz que a Unidade pode fazer de duas maneiras. O **Sr. Diretor** disse que a resposta estava no artigo 1º da Resolução 5233 de 2005. “§ 1º - *As provas do concurso para professor doutor poderão ser feitas em duas fases, devendo essa disposição constar do edital de abertura do concurso*”. Ou seja, poderão. O **Prof. Mário** observou que então deve ser uma decisão da Congregação. O **Prof. Renato Jardim** esclareceu que trouxe consigo as Resoluções 5233 e 5228, editadas a partir de 2005 pela Universidade e que em relação a essa última questão levantada, se o Regimento da unidade que permitir que o concurso seja feito em duas etapas, poderá ser feito. Já o edital pode rezar que o concurso é feito em duas etapas, ou não. Ou seja, isso é complementar. Ele não é restritivo em relação à anterior, a forma que acabamos de aprovar aqui e agora. Diga-se de passagem, a motivação que houve, inclusive nos nossos Departamentos, foi esse número excessivo de candidatos que torna praticamente impossível conseguir-se uma banca que fique num intervalo de tempo muito grande fora das suas instituições. O **Sr. Diretor** disse não ter lido o parágrafo 2º da Resolução 5233, mas que fica também muito claro e releu o parágrafo primeiro. “§ 1º - *As provas do concurso para professor doutor poderão ser feitas em duas fases, devendo essa disposição constar do edital de abertura do concurso. § 2º - Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso.*” Portanto, concluiu, está colocada essa possibilidade. O **Prof. Mário** observou que o que ele estava dizendo referia-se ao Regimento da USP, ou seja, o Regimento da USP remete à Congregação a tomada de decisão. Uma vez decidido, será sempre assim. O **Sr. Diretor** disse que a Congregação pode aprovar essa redação na sua mudança de Regimento, se esse é o entendimento da Congregação. O **Prof. Renato Jardim** finalizou informando que participou recentemente de concurso realizado nesse formato e que ele funciona relativamente bem, de uma maneira até mais saudável. Disse que basicamente todos esses detalhes foram definidos no edital. Por exemplo, já aparecem no edital os 10 pontos para a prova escrita, que não necessariamente precisam referir-se a disciplinas, podendo referir-se a áreas. Cada uma dessas áreas pode corresponder a 10 pontos futuros para que sejam sorteados entre os candidatos, ou seja, ele é mais versátil que o anterior. Disse que esse é um ponto interessante e disse que essa prova escrita, que é uma exigência do Ministério Público para que haja um concurso, substitui o nosso tradicional Plano de Pesquisa; entretanto, o edital a Unidade pode solicitar um Memorial acompanhado de um Plano de Pesquisa; sendo dessa forma, os pesos atribuídos são um pouco diferentes. A indicação do Departamento de Física Geral, como serão só três pesos, fez com que o Departamento de Física dos Materiais e Mecânica discutisse a prova eliminatória, que entraria com peso 2, e se daria um peso muito maior ao Memorial porque ele vir acompanhado por um Plano de Pesquisa, peso 5, e o peso 3 para a Avaliação Didática. Na verdade o Plano de Pesquisa seria junto basicamente com o Memorial, como é previsto no edital. O **Sr. Diretor** chamou atenção para que não se confundisse programa do concurso e pontos. O art. 139 que leu diz: “*A Comissão organizará uma lista de 10 pontos com base no programa do concurso*”. Os pontos não podem fazer parte do edital, já o programa faz. O **Prof. Renato Jardim** observou que no caso em que há diversas áreas, se poderia colocar já no edital 10 programas e dentro desses programas se poderia colher um na hora. O **Sr. Diretor** informou que a lista de pontos é confeccionada pela banca. O **Prof. Renato Jardim** disse que isso faz parte do edital, que não faz parte da nossa cultura também. Disse que falava das diferenças que existem entre o que fazemos hoje e o que podemos fazer no futuro. O **Prof. Celso Lima** afirmou ser bem-vinda essa iniciativa porque resolve um problema grande que temos aqui, no caso de concurso com muitas pessoas. Disse que temia, porém, que essa solução diminuísse qualquer ímpeto que possamos vir a ter no sentido de mudarmos o Estatuto da

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

Universidade, em relação à maneira como realizamos esses concursos. Porque é medieval, anacrônico, é fruto da nossa cultura. Disse que todos conhecemos vários lugares no mundo onde os provimentos de cargos são feitos de uma maneira distinta. Só na nossa cabeça vamos achar que a prova escrita é uma manifestação comprovada de seriedade, que é uma prova de conhecimento e por isso serve como eliminatória. Isso é fruto da nossa cultura ibérica. Disse concordar que se devia sim fazer isso, mas que deva ser considerada como um passo provisório e que não diminua o ímpeto no sentido de mudar o Regimento da Universidade. O Prof. Mário Oliveira disse que o que estão querendo fazer é aquilo que dá para ser feito dentro do regime. O Prof. Paulo Nussenzweig disse ser extremamente bem-vindo que se faça uma proposta para concursos em duas fases. Considera que no atual modelo é um inconveniente ter um número muito grande de candidatos por dificuldade de formação da banca, mas obviamente para a Universidade isso não é um inconveniente em geral. É muito salutar que os nossos concursos atraiam um grande número de candidatos. Isso nos dá a possibilidade de fazer a melhor escolha possível. Para fazer isso de uma maneira racional o concurso precisa ser realizado em duas fases. Disse esperar que essa Congregação tenha a sabedoria de aprovar essa modificação no nosso Regimento. Em relação à inclusão do Projeto de Pesquisa, seria interessante que isso pudesse ser feito no Regimento do IF e não no edital, de maneira informal. É importante fazer uma consulta se, de acordo com o Regimento Geral da Universidade, é possível que se inclua na análise do Memorial que a Comissão Julgadora deverá, além daqueles itens, apreciar a perspectiva de atividade futura do candidato. E, finalmente, como uma decisão de modificação de Regimento exige um *quorum* qualificado disse que gostaria de sugerir que a reunião de Congregação em que isso fosse discutido fosse convocada, se possível e com esforço de todos, para que ela fosse estabelecida em primeira convocação. O Sr. Diretor informou que pensaria no procedimento, mas que possivelmente convocaria uma reunião extraordinária para aprovação das siglas das disciplinas de graduação e, eventualmente, colocaria este item em pauta e deixaria a Congregação aberta para que as pessoas pudessem se manifestar em relação a esse item. Disse que aceitaria sugestões. Informou que uma reunião extraordinária será convocada o mais breve possível, que reunirá os Chefes para orientar-se nesse sentido, para aprovar uma proposta de mudança de siglas. O Prof. Guitman disse que tinha duas preocupações, primeiro em que língua deveria ser essa eliminatória. Se somente em português, os candidatos estrangeiros vão sofrer e poderão ser prejudicados, como vão avaliar português, quem vai avaliar o português, isso é essencial ou não é essencial, indagou. A segunda questão é escolhermos candidatos com características importantes para o IF: excelente passado e excelente futuro. Excelente passado é o Memorial e excelente futuro é o Projeto de pesquisa. O Sr. Diretor respondeu que iria checar, mas entende que o Estatuto requer que todas as provas sejam em língua portuguesa. Disse que verificaria se há alguma brecha, mas acredita que não. A Profa. Mazé considera que a discussão está apenas começando. Disse que entende que é uma possibilidade desde que não se feche a oportunidade de se fazer em uma única etapa. Acha que um número grande, acima de 15, pode ser conveniente. Abaixo, é uma pior opção. Disse não ter dúvida nenhuma, dado que falam tanto da nossa maravilhosa Universidade de pesquisa onde o projeto é coisa importante. Pensa que só se deve abrir mão dessa avaliação, do futuro dele, já que está o passado eventualmente bem contemplado no Memorial, se necessário. Abriu sua posição dizendo que essa solução só caberia em áreas que são realmente muito grandes, então, somente nesse sentido apoiaria uma proposta dessa natureza. Acrescentou que é bom lembrar que em alguns concursos desta Universidade a leitura da prova escrita não foi de fato feita. Porque o exame grande vai acontecer e se há vinte candidatos que vão fazer uma prova escrita, essa leitura tem que ser feita para que todos saibamos publicamente quais foram as bobagens ou as maravilhas ditas na prova escrita daquela seleção. Então, disse acreditar que é uma possibilidade, do ponto de vista acadêmico, conveniente apenas para concursos com possibilidades de muitos candidatos. Diz possibilidades porque se é no edital que se define, ele vai ser definido antes de se saber se haverá um, dois ou três candidatos. Ou vinte e cinco. Claro que há áreas que tem muita gente e áreas que têm poucos formados. Como nós vamos ver, relativamente um concurso com uma área menor com 10 é muito mais gente em relação ao universo do que 16 ou 18 numa área que tem

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

muito mais gente no país. Quanto nós estamos sendo realmente escolhidos pelos candidatos, indagou. O **Prof. Philippe Gouffon** manifestou-se no sentido de que estavam tentando sanar uma ingerência indevida do Ministério Público na academia, mas isso não nos cabe muito, exceto eventualmente protestar. Essa forma de fazer, introduz um viés teórico que considera muito pesado. Ao colocar o Plano de Pesquisa junto com o memorial dá-se peso muito forte para uma pequena área que no fim das contas é importante, mas não só isso. E, dependendo do tipo de banca que é escolhida, ela pode dar muito peso para o memorial e deixar de lado o Plano. Considerando-se uma situação hipotética em que se abre o concurso numa área mais ou menos fechada, você precisa de um especialista numa certa área. Corre-se o risco de haver um candidato com um currículo fantástico, mas não seja da área, e ele será aprovado apesar de haver apresentado um projeto pífio que não tem nada a ver com a área do concurso. Acredita que se abre uma falha potencial de ter pessoas excelentes no IF que não tem nada a ver com uma área que precisa de uma pessoa. Disse que é preciso procurar uma alternativa, eventualmente fazer concursos com menos candidatos, fechando as áreas no lugar de abrir áreas grandes. Disse que se tem que tentar achar uma solução que não seja enviesada. O **Prof. Sylvio Canuto** apoiou a iniciativa que considera importante porque a tendência é que tenhamos cada vez mais um número expressivo de candidatos e essa é uma alternativa que pode ser utilizada para agilizar o concurso. Claro que se um concurso tiver um número relativamente pequeno de pessoas, a banca pode perfeitamente chegar à conclusão de que não quer eliminar ninguém e deixar a decisão para as provas posteriores. E, na verdade, o que se tem é uma possibilidade de tornar o concurso um pouco mais factível. Considera que alguns detalhes podem ser colocados no edital e que, talvez, não seja o caso de discuti-los aqui. Disse que gostaria de apoiar a possibilidade aqui apresentada de, por exemplo, se incluir, talvez, os 10 pontos no edital. Disse que via vantagens e desvantagens de se fazer isso. Uma vantagem clara é que ao colocar os pontos, se impede a participação de pessoas que não estão dentro da área que propriamente é colocada no concurso. De tal maneira que há uma preocupação em alguns Departamentos de pessoas que são de outras áreas e que efetivamente acabam se inscrevendo e são aprovadas. O que considera mais importante nessa iniciativa é ter a possibilidade de se fazer uma prova que é eliminatória. Tem sido feito em vários lugares, disse já ter participado de várias bancas, umas três ou quatro nestes moldes e todas elas foram muito bem sucedidas, sem nenhum problema. Disse que sua idéia inicial é apoiar a aprovação do item e deixar algumas questões em aberto como foi colocado pela Profa. Mazé e que essa possibilidade também existe se for colocada no Regulamento do IF. Assim se pode ter a possibilidade das duas coisas, mas não eliminar de antemão a possibilidade de aprovar a prova eliminatória nos moldes em que está sendo proposta aqui. O **Prof. Manoel Robilotta** manifestou uma preocupação muito grande com a possibilidade da prova escrita porque quando se aplica prova escrita para o estudante para o qual se deu o curso ele tem uma expectativa do que ele deve responder numa prova escrita. Relatou que no seu concurso de Livre-Docência sorteou um ponto relativamente fácil, Ressonâncias. Escreveu algo que considerava que era razoável Ressonância e bens materiais etc. e apresentou oralmente, não havia competição ali, então um dos membros da banca disse-lhe: "Por que você não me falou que eventualmente a organização dos planetas em termos do sistema solar, que é muito mais bonito, podia estar associada à idéia de ressonância?" Significa que o candidato entra numa prova escrita sem ter a mínima expectativa do que a banca espera ou considera uma boa prova escrita. Disse pensar que aí entra o elemento aleatório no concurso que julga ser pior que a prova escrita não ser objetiva. Disse que considera a prova que aplica para os seus alunos do curso de graduação razoavelmente objetiva e também acredita que os alunos assim a considerem. Mas acha que uma prova escrita aberta ainda tem o elemento sorteio do ponto. Por exemplo, num outro concurso de Livre-Docência do qual participou, havia um elenco de pontos e alguém sugeriu o tema "Princípios da Mecânica Quântica", tema sobre o qual honestamente não seria capaz de escrever uma coisa boa nem se lhe dessem um mês. Então o que significa Princípios, indagou. Eventualmente, a pessoa que está propondo este tema tem na cabeça uma idéia mais simples. Por isso, disse ficar muito preocupado com a abertura muito grande do leque de possibilidades que pode eliminar bons candidatos por uma questão de sorte ou coisa deste tipo. O **Prof. Mário Oliveira** disse que o que se entende é que a prova

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

escrita é colocada justamente porque é a única que pode ser objetiva. Então como ela é objetiva ela pode ser eliminatória. As outras supostamente não são. O **Prof. Robilotta** afirmou que seu entendimento é que a prova escrita tem um elemento não objetivo muito grande dentro dela. O **Sr. Diretor** disse que estavam discutindo aqui o significado do objetivo. Aparentemente, uma interpretação do Ministério Público de objetividade, é que tenha uma prova que possa verificar se a nota é condizente com o conhecimento, ou seja, tem que haver uma prova e não uma nota que não possa ser verificada. Então a objetivo da prova é nesse sentido e não que ela é eficaz, mas tudo bem isso faz parte do debate. O **Prof. Paulo Pascholati** disse que fazendo-se um edital que contemple uma prova escrita eliminatória, a banca não pode deixar de fazer essa prova, porque um edital é um contrato entre partes. Se for quebrado o contrato, pode-se recorrer na justiça. O **Sr. Diretor** encerrou a discussão pedindo que na próxima sessão em que discutirem o assunto, se lembrem desse debate e dos argumentos para não recomeçar do zero, caso contrário esse tempo terá sido perdido. **ORDEM SUPLEMENTAR DA 421ª. SESSÃO. ITEM III.14 - REGIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA USP.** O **Sr. Diretor** informou que esse Regimento entrou para votação no Conselho Universitário e houve de fato um debate que mostrou que talvez não estivesse suficientemente amadurecido para que o CO deliberasse a respeito e voltou para as Unidades para debate. Passou a palavra para o representante da Congregação no Conselho Universitário para que esclarecesse o motivo do tema estar aqui e a seguir ao Presidente da CPG. O **Prof. Vito Vanin** esclareceu que uma das razões para o assunto estar aqui é que deviam ouvir a CPG em relação a possíveis mudanças que ela quer que conste ou não. Informou que durante o debate não houve nenhuma objeção a nenhum ponto fundamental e que esse Regimento é considerado muito melhor do que o atual. Além disso, considera que o que foi apresentado ao CO são mudanças que não são relevantes para a nossa Pós-Graduação. Houve uma proposta de mudança, vinda do Diretor da Faculdade de Medicina, de impor um tempo limite mínimo e máximo para a exposição da tese de Doutorado. Informou que é contra e imagina que se possa entrar em acordo porque não há sentido tirar da banca a autonomia sobre essa decisão dando espaço para recursos legais. Disse que no geral não houve nenhuma questão contra o miolo do Regimento e disse que queria escutar a CPG para ajudar a decidir como votar as propostas no CO. O **Prof. Celso Lima** disse que em agosto de 2007 fez uma apresentação nesta Congregação na qual contou para os colegas quais seriam as sugestões da nossa CPG para o novo Regimento de Pós-Graduação. Esse Regimento foi preparado por uma Comissão de redação, constituída pelo Pró-Reitor de Pós Graduação, e foi apresentado, distribuído e discutido numa primeira reunião do Conselho de Pós-Graduação. Depois houve duas reuniões em cada uma das três Câmaras Setoriais do Conselho de Pós-Graduação que são a Câmara de Normas e Recursos, a Câmara de Avaliação e a Câmara Curricular. Os Conselheiros têm assentos em apenas uma delas e, finalmente, houve mais uma reunião final do Conselho de Pós-Graduação, na qual o Regimento foi aprovado. Então foi esse o esquema de votação, independente das discussões, que foram intensas entre os diversos Presidentes das CPGs. Nesse meio do caminho, nós aqui no IF fizemos duas ou três reuniões onde analisamos o Regimento e fizemos as nossas sugestões. Então basicamente nas sugestões da Comissão de Pós-Graduação do IF, além de um conjunto de outras sugestões menores referentes a prazo e pequenos itens de redação, havia cinco grandes itens. O primeiro deles se referia ao que chamamos de estudantes temporários. São estudantes, alunos de outras instituições, que vêm aqui fazer um estágio de seis meses a um ano. E, de alguma forma, o importante é que esses estudantes fossem efetivamente reconhecidos como estudantes da casa; que tivessem direito, como diz o Prof. Renato à carteirinha do CEPEUSP, biblioteca e etc. O Regimento novo, que está em discussão, prevê que, sim, pode o estudante ser considerado estudante de fato, com todos os direitos desde que haja um convênio formal entre as duas instituições. E a nossa Pós-Graduação achou que isso era excessivo e sugerimos que bastasse um acordo um pouco mais informal entre os Diretores das duas instituições envolvidas ou Chefes de Departamento. Em outras palavras, disse, que esse estudante pudesse ser considerado estudante temporário nessa situação mais simples. Isso foi derrubado sob a alegação de que existem injunções legais e que a procuradoria jurídica, o MP, impede esse tipo de facilidade, essa foi a argumentação. A outra sugestão apresentada pelo IF foi que seria muito

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

conveniente abrir a possibilidade da redação das teses e das dissertações ser feita em outra língua que não o português. Foi sugerido o inglês e, eventualmente, até o espanhol. Disse que temos uma argumentação e no fundo a nossa idéia é que existe de fato no Regimento atual e no novo a possibilidade de, em certas áreas, que a tese seja feita em outra língua. Queríamos que isso fosse estendido porque a nossa lógica é que, na nossa profissão e nas outras áreas da ciência, o inglês é de fato a língua franca e que seria conveniente do ponto de vista de popularização amplo senso, não popularização no sentido dentro do nosso país, mas popularização mundo afora, que se pudesse apresentar uma tese em inglês. Vale o exemplo de que a tese que ganhou este ano o prêmio de melhor tese em Física, da CAPES, foi uma tese da UFMG e está toda em inglês. Em outras instituições, isso é feito e admite-se isso como uma possibilidade. Essa proposta foi derrubada com argumentações, mais uma vez, jurídicas. Na outra sugestão, havia na redação anterior, uma formulação da Pós-Graduação Interunidades que ela acabaria sendo parte da nossa Comissão de Pós-Graduação. Então passaríamos a ter necessariamente dentro do nosso IF dois programas debaixo do mesmo guarda-chuva, numa mesma CPG. Na ocasião entendemos que isso não era adequado porque são Pós-Graduações, para dar um exemplo de Pós-Graduações em Ensino de Física e a outra, Pós-Graduação em Física, por assim dizer, são Pós-Graduações muito boas, muito competentes, mas que têm objetivos e proposições distintas, são programas distintos. Então colocar-se sob a mesma CPG criaria problemas. Isso realmente foi aceito e realmente o status atual é que a Pós-Graduação Interunidades tem uma Comissão de Pós-Graduação própria e será apenas alocada administrativamente em uma Unidade, mas não estará debaixo do guarda-chuva de uma única Comissão de Pós-Graduação. Essa foi a única proposta das que encaminhamos que foi aceita. Disse ainda que gastaram um tempo enorme na Comissão de Pós-Graduação com a discussão sobre se tese e dissertação são uma obra de autor. O entendimento é que uma tese ou uma dissertação não admitiria nenhuma correção posterior, após a aprovação do candidato pela Comissão Examinadora, porque ela aprovou aquele trabalho e o autor, que é o candidato, tem o direito de dizer que não mexe mais porque já foi aprovado. A nossa argumentação é que uma Tese de Doutorado ou uma Dissertação de Mestrado é algo mais que um enorme e dificultoso exercício que levou cinco anos para ser realizado e que esse exercício está sob escrutínio da Comissão Examinadora e que, como é prática na nossa comunidade quando você envia um trabalho para publicação, o *referee* sugere ou exige modificações e quem quer o trabalho publicado acaba fazendo, muitas vezes a contra gosto, mas faz. A Comissão Examinadora tinha o direito de fazer uma sugestão para melhorar um aspecto, às vezes apenas a redação do trabalho final, que no fundo é um trabalho que acabaria sendo colocado na *home page* da Pós-Graduação. Em outras palavras, disse que queriam que as Teses e Dissertações tivessem, de fato, o padrão USP de qualidade e, às vezes, não têm porque a redação está ruim, porque o aspecto está ruim, porque tem uma figura que está mais clara e às vezes tem outros problemas até mais sérios. E finalmente a outra questão que foi debatida pela nossa CPG se referia aos prazos do exame de qualificação. No Regimento atual, o novo Regimento, que está em votação, o prazo para realização de exame de qualificação é de metade do prazo do grau pretendido. Se for um Doutorado direto são 36 meses, se for um Doutorado com título de Mestre são 24 meses e, no caso de Exame de Qualificação de Mestrado é metade do prazo do proposto pela Unidade. Nós não temos, mas há Unidades que têm Exame de Qualificação de Mestrado. Disse que sua argumentação é que inúmeras vezes havia a necessidade de um prazo maior, por vezes em função de uma viagem que o estudante fazia, uma viagem incentivada por nós, inclusive. Um estágio no exterior, por 6 meses. E esse estágio é muitas vezes importante para o trabalho desenvolvido. Ou, às vezes, como é comum acontecer aqui no nosso meio, o equipamento quebra e o estudante acaba não tendo o suficiente para mostrar. Notem o suficiente para mostrar não quer dizer que ele tenha que ter o trabalho pronto. Mas, às vezes, ele não teve condições nem mesmo de chegar num ponto interessante para apresentar algum resultado. Então, o que propuseram foi que esse prazo, ao invés de ser metade, uma maneira de acomodar isso, e colocar um número, é que o prazo fosse de fato 60%. Então se tinha mais ou menos um jogo de cintura que levaria em conta os 6 meses que tipicamente, em circunstâncias excepcionais, concedemos. Esses foram, além de uma série de outras coisas de menor importância quase

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

que pontuais, os cinco grandes itens que apresentados pela CPG como sugestão de mudança do Regimento. Insistiu que a única que proposta aprovada foi a da Pós-Graduação Interunidades. O **Prof. Vito Vanin** disse que uma das discussões tem a ver com casos de Exame de Qualificação. A FFLCH vai propor um aumento do prazo para entrega de notas. Quanto à questão de obra de autor, o artigo 6 do Regimento proposto, transcrito a seguir: "**Artigo 6º** - Os títulos de Mestre ou de Doutor são obtidos após cumprimento das exigências do curso, incluindo a defesa da dissertação ou da tese", vai acarretar uma mudança no Regimento Geral da USP, exigência que poderá ser estabelecida. O **Prof. Celso Lima** disse que o Prof. Vito lhe chamou a atenção para este artigo "x" do próprio Regimento que impactaria no Regimento da Universidade, quer dizer, vai ser certamente uma questão de interpretação, então pode ser que a coisa funcione. Com relação ao prazo, disse que há uma questão essencialmente filosófica no caso. A postura da nossa Pós-Graduação é a seguinte: é importante que o Exame de Qualificação seja feito até aproximadamente a metade da trajetória. O Exame de Qualificação nos moldes que temos aqui, feito 1 mês antes da defesa, do ponto de vista da nossa Pós-Graduação não é útil. Disse que o pessoal das Ciências Humanas tem uma visão diferente. Eles dizem que o trabalho se completa no processo e só no fim é que ele tem a cara que ele devia ter. E por isso o Exame de Qualificação tem que ser feito no fim. Essa visão distinta, as pessoas às vezes se esquecem que na palavra universidade, o "uni" é de universo, não é de único. E essa diversidade tinha que de alguma forma estar contemplada nas diversas instâncias. A **Profa. Jesuína** disse que a Pós-Graduação Interunidades não tem uma secretária, está sediada aqui no IF, que é seu responsável administrativamente falando, como consta oficialmente. Está separada da outra Pós-Graduação espacialmente e também em termos dos representantes que constituem as Comissões. Do ponto de vista administrativo, essa Pós-Graduação está ainda ligada à Pós-Graduação de Física. Por exemplo, não podem ter um funcionário com um cargo de chefia desta seção. Disse que estão pedindo dois funcionários e, atualmente, estão sem nenhum, porque a que existia pediu demissão e outro ainda não pode ser contratado. Estão substituindo com um estagiário. Uma dificuldade grande que sempre terão nessa Pós-Graduação é que ela está vinculada a outra, do ponto de vista administrativo. Então se existem vários funcionários e um é Chefe da Pós-Graduação, existe um só e ele vai estar lá, sempre. Então essa subordinação, de alguma maneira ela vai existir. Embora seja uma pós-graduação que se coloca em uma secretaria separada localmente, com funcionários definidos para aquela secretaria, as Comissões de Pós-Graduação são totalmente independentes. Sugeriu que se pensasse nessas Pós-Graduações Interunidades tendo uma autonomia maior e não ficar com essa amarração, com esse guarda-chuva que existe de fato. O **Prof. Celso Lima** comentou que seu entendimento é que, com esse novo Regimento, a Pós-Graduação Interunidades adquire um Estatuto próprio, formal e que considera que esse problema deixe de existir. Da mesma forma que temos seis Departamentos e cada um tem uma secretária chefe. São duas Pós-Graduações, são duas CPGs formalmente estabelecidas que têm sede na mesma Unidade. Quanto aos funcionários, aproveitou para dizer que a CPG tem menos funcionários do que precisam. A **Profa. Carmen Prado** disse ter entendido que a ideia de que esse assunto viesse pra cá é que as Congregações sugerissem propostas e se manifestassem sobre algumas polêmicas para que isso voltasse com mais subsídios para discussão do CO. Nesse sentido, disse que queria falar um pouco do espírito que fundamentou a grande parte da discussão sobre esse Regimento na Comissão de Pós-Graduação do IF, que foi exatamente de que nós víamos em vários aspectos do Regimento uma tentativa de enquadrar as coisas por escrito, muito legalista, de uma forma muito rígida que não era conveniente à diversidade da Universidade. Seria muito difícil propor um Regimento que previsse prazos, coisas muito estreitas, específicas e que fosse adequada ao mesmo tempo à Física, Medicina, Filosofia, Psicologia, a áreas aplicadas, e assim por diante. Então esse Regimento deveria ter flexibilidade. Era fundamental que ele entendesse a diversidade da Universidade e previsse essa flexibilidade, claro que normatizada, com limites. Então as propostas que apresentaram, e sua sugestão é que a Congregação endosse essas mudanças, foram discutidas na última reunião da CPG que explicitamente pediu ao Presidente que as trouxesse aqui de novo e para que fossem endossadas, dizendo claramente que para área de Física essas questões são

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

fundamentais de serem contempladas, sendo que as outras áreas irão fazer a mesma coisa. Do ponto de vista específico do Exame de Qualificação esse prazo, sem a menor possibilidade de prorrogação, de metade do tempo do curso, é muito complicado. Temos vivido no nosso dia-a-dia vários pedidos, não é a regra, de prorrogação por três meses, por seis meses, do prazo do Exame de Qualificação. Se isso não fosse possível estes alunos estariam fora do Programa, seriam simplesmente expulsos. As razões são diversas, mas uma só, lembrada pelo Prof. Celso, que acontece com uma razoável frequência, que é a troca de orientador ou de área de pesquisa no meio do projeto. Então isso também atrasa um pouco. Pensa que dar um mínimo de confiança e autonomia para as Comissões de Pós-Graduação para que possam usar do recurso de conceder excepcionalmente uma prorrogação, é essencial. A questão da Tese e da Dissertação como obra de autor também é um ponto fundamental para nós. Disse que têm sentido uma pressão crescente da Reitoria, com uma série de pequenos incidentes para que a gente caminhe numa direção onde não seja possível mudar uma vírgula, corrigir um erro de digitação, um nada de uma Tese apresentada. Na nossa área a apresentação não é o foco principal das Teses e Dissertações, o conteúdo é. É uma praxe em todas as Unidades de Física que se corrijam pequenas coisas da Tese, no mínimo pequenas coisas de português, digitação, legenda de figura etc. Considera que a qualidade do que vai para a biblioteca do IF e da USP vai ser prejudicada, porque na UFRJ, UFMG, em vários outros lugares as pessoas vão continuar corrigindo. Então, aparentemente as Teses terão muito melhor qualidade inclusive de apresentação. Considera que esses seriam, talvez, os dois pontos essenciais e que a questão da redação é importante, mas podemos continuar vivendo do jeito que estamos. O Sr. Arão Garcea disse que foi informado que foi lida no CO uma carta aberta dos estudantes de Pós-Graduação da USP, que foi aprovada em assembléia dos estudantes a cerca de duas semanas. Disse que lhe pediram que o assunto fosse trazido à Congregação, uma vez que não é sem justificativa que essa discussão voltou para as Congregações, saindo do Conselho Universitário, porque há sim alguma divergência quanto ao conteúdo do novo Regimento. Passou à leitura das partes principais: *“Como já afirmado o Regimento da Pós é o documento que define as regras básicas da Pós-Graduação de uma Universidade, ou seja, nada pode contrariá-lo e nem estar além dele. Considerando que a USP tenha aproximadamente 220 Programas de Pós, totalizando mais de 280 áreas diferentes de concentração, nos parece evidente que para respeitar as especificidades dessa enorme diversidade de áreas e Programas, respeito esse que sabemos constitui condição básica da excelência científica acadêmica alcançada até o momento, tal regime deveria ser o mais flexível possível de modo a garantir aos Programas e áreas possibilidade de definir regras mais específicas e adequadas as suas características e necessidades. No entanto não parece ser este o sentido geral que orienta o Regimento recém aprovado pelo COPGR para os casos, por exemplo, dos casos previstos tanto para a realização do Exame de Qualificação até metade do prazo máximo definido pelo Programa para depósito da Dissertação ou Tese, como para a entrega pelos docentes das notas até 30 dias após o término da disciplina, artigos 79 e 76. Caso estivéssemos sob um mero reajuste de prazos talvez não houvesse tanto motivo de preocupação. Porém tais modificações implicam significativa transformação e certamente em excessiva padronização do caráter do Exame de Qualificação e dos trabalhos por ocasião das disciplinas cursadas pelos estudantes, mencionando apenas de passagem a intensificação do encargo docente de correção destes trabalhos. Acarretam pois alterações de mérito que por si já justificariam nossa solicitação de prorrogação para a realização de um exame mais detido. Outra modificação relevante e não discutida é a vinculação dos Programas Interunidades, à uma Unidade específica, art. 118. Tal alteração desqualifica a autonomia dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Ambiental e Integração da América Latina, PROCAM e PROLAM, pois essa vinculação acadêmica, administrativa e financeira pede a concepção interdisciplinar necessária e caracterizadora da proposta inicial desses Programas. Uma forte objeção a tal argumentação lembraria, por exemplo, que o sentido do novo Regimento seria justamente conceder maior autonomia aos Programas por meio da criação da Comissão Coordenadora de Programa, CCP, uma nova instância anterior a CPG, art. 37, cuja boa motivação visaria conferir maior agilidade administrativa tanto ao processo de tomada de decisão quanto à execução delas pelos níveis hierarquicamente mais baixos da*

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

administração universitária. De fato, importa admitir que nos casos de Unidades ou Institutos com grande número de Programas tal inovação traz agilidade e simplificação dos procedimentos, todavia, uma apreciação rápida das atribuições da CCP indica que das 28 previstas pelo novo Regimento, apenas 9 podem ser considerados como competências efetivas, sendo as demais em grande medida trabalho administrativo a ser submetido às instâncias superiores com real poder de deliberação, como CPG e principalmente COPGR. O que reforça nosso entendimento de que o novo Regimento poderia sim provocar mais concentração de poder decisório e apenas descentralização do trabalho administrativo. É importante ressaltar que um dos principais fatores responsáveis pela morosidade dos procedimentos e pela sobrecarga administrativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e dos órgãos a ela vinculados, e nem de perto tocados pelo novo Regimento, é justamente a já excessiva consideração do poder decisório e de competências. Que sentido há, por exemplo, em a Câmara de Avaliação decidir sobre o credenciamento de orientadores em cada um dos Programas de Pós-Graduação da USP? Em a Câmara Curricular decidir sobre o credenciamento de disciplinas de todos os Programas. Ou ainda em a Câmara das Normas e Recursos decidir acerca de todos os pedidos de trancamento de matrículas? Não seria mais ágil e eficaz, e porque não dizer democrático, transferir tais competências de poderes para o controle daqueles que realizam cotidianamente os objetivos fundamentais da Pós-Graduação, os docentes e discentes auxiliados pelo corpo de servidores administrativos. No entanto, tais objetivos contrariam o regulamento maior da Universidade, o Estatuto da USP. Esbarramos então no obstáculo central da concepção do objetivo de descentralizar o poder decisório e, portanto, conferir agilidade, eficácia e autonomia efetiva ao funcionamento da Pós-Graduação em todas as suas instâncias, o Estatuto da USP. A mera reformulação do Regimento da Pós-Graduação sem que se altere o código geral que rege as atribuições das Pró-Reitorias, Conselhos, Câmaras e Comissões da Universidade, é importante repetir que há poucas mudanças benéficas. E, suspeitamos, talvez muito mais malefícios para uma Pós-Graduação que vem funcionando bem apesar das normas defasadas que a organizam. Normas que por sua vez já tinham sido elaboradas de maneira atabalhoada e fragmentária por ocasião da aprovação da lei estadual da autonomia universitária quando ainda não era possível vislumbrar com nitidez o grau de desenvolvimento que seria alcançado pela USP nessas novas condições. Hoje tais normas constituem um escolho que tolhe o crescimento da Universidade, o que parece facilmente demonstrável pelos sucessivos encaminhamentos vindos de diversas instâncias solicitando reformulações do Estatuto ao presente Conselho. Tais solicitações levadas adiante caminham no sentido de repetir o processo anterior o que muito provavelmente acabará resultando numa espécie de colcha de retalhos de conseqüências incertas e de vida curta, pois rapidamente cairá na obsolência. Melhor não seria aproveitar os espaços já existentes, como é o caso do 5º Congresso, reconhecido e legitimado pela atual Reitoria para realizar um debate amplo, transparente e racional sobre a vocação, o projeto, os destinos que essa Universidade poderia trilhar ao invés de desperdiçarmos esforços em embates de Regimentos, Portarias e chicanas protelatórias, cujos resultados parecem tão obscuros e ambíguos. Por todo o exposto anteriormente e por acreditarmos que uma discussão dessa magnitude e importância com efeitos simultâneos para a estrutura da própria Universidade, pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão e também na graduação, precisam ser feitas de forma mais ampliada e com a maior qualidade possível é que solicitamos, muito respeitosamente, que este Conselho, no caso aqui esta Congregação, conceda tempo maior para o debate do novo Regimento proposto pelo Conselho de Pós-Graduação". Enfatizou que recentemente houve mudança na direção da Associação de Pós-Graduandos e eles estão iniciando este debate com a proposta de que o assunto seja tirado de pauta não em prejuízo da discussão, mas em qualquer tipo de proposição que seja feita ao Conselho para que haja uma discussão mais universal junto à comunidade uspiana e da Física, aqui no caso. O **Sr. Diretor** esclareceu que a Magnífica Reitora deu um prazo de 30 dias para as Congregações se manifestarem, ou seja, isso vai voltar à pauta do CO. Se nós não entrarmos com sugestões a tempo, podemos ficar de fora. O **Prof. Mário Oliveira** disse que sua opinião sobre a redação da Tese é que ela deve ser feita obrigatoriamente em português, não em inglês ou espanhol. Exceto, é claro, em casos específicos aqui mencionados. Considera que é uma oportunidade da

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A S

pessoa escrever em português, porque depois disso, em Física, certamente ele terá que escrever em inglês. Então essa é a oportunidade de escrever em português e lembrar que vivemos num país que fala português. O Prof. Celso Lima disse que essas duas facetas percolaram toda a nossa discussão na CPG e, de fato, só quiseram abrir a possibilidade, inclusive porque queremos sim ter mais alunos estrangeiros. Exemplificou dizendo que fez Doutorado no exterior e podia ter feito sua tese em inglês, mas o orientador não deixou porque como sabia falar alemão teve que escrever em alemão. Disse que se queremos gente de fora temos que abrir um pouco a porta. Disse que preferia muito mais escrever seus *papers* em português, porque escreve melhor nesse idioma do que em inglês, mas a *Physical Review* não gosta. O Prof. Manfredo concordou com a Profa. Carmen e com o Sr. Arão e deixou claro que temos agora oportunidade de tentar impor ou pelo menos colocar de novo as nossas posições. Há coisas muito sérias e importantes como os prazos para a qualificação, a entrega de notas que chegam atrasadas e quando o atraso é de 30 dias temos problemas burocráticos. Informou que houve problema com um professor que quis corrigir a nota de um aluno fora do prazo e o assunto teve que ser discutido na Pós-Graduação e ter um parecer. Foi preciso ir para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e ter um parecer deles para corrigir a nota de um aluno da Pós-Graduação. O enrijecimento do Regimento da Pós-Graduação da USP é muito complicado e dificulta demais o nosso dia-dia. O fato de não ser aceita a correção da Tese ou Dissertação pode acabar implicando na sua rejeição pela banca em caso de correções mais ou menos sérias. Disse que acabarão reprovando teses quando se poderia simplesmente corrigir um capítulo ou outro. São coisas muito sérias que estão por trás disso. Considera que temos que dar um valor pesado a esse tipo de reivindicação porque não é simplesmente um item a mais ou a menos. O Prof. Celso Lima disse que essas foram as sugestões mais conceituais. No meio delas houve outras, que disse não ter se preocupado em trazer, que se referiam a prazo. Prazos têm sido um problema e nesse novo Regimento foram um pouco mais arrojados e concorda que isso pode vir a ser um problema. Por outro lado, comentando um pouco o que o representante dos estudantes disse, às vezes vê-se algumas coisas aparecerem nos Conselhos que se fica a pensar como alguém teve a petulância de aprovar aquilo. Essas coisas têm moedas de múltiplas faces, mas concorda que o comentário é correto. A Profa. Mazé propôs uma posição objetiva. Disse que as discussões ocorridas na Comissão de Pós-Graduação têm sido trazidas para nós várias vezes no transcorrer das várias reuniões. Disse que o que cabe a esta Congregação, dirigiu-se ao Diretor e ao representante da Congregação junto ao CO, é que se encaminhem mais uma vez as sugestões aprovadas no âmbito da CPG. Disse não ter visto aqui nenhum levantamento contrário a uma destas questões. Resumiu sua sugestão dizendo que fossem encaminhadas essas propostas a nossa CPG, com eventuais subsídios da discussão porque isso deve ter sido encaminhado por carta, mas dando pontuação a esses pontos e não ao que foi aprovado, e votamos explicitamente isso, sem prejuízo de que outros organismos se organizem e coloquem outros pontos ou questionem esses. O Sr. Diretor disse que gostaria de ouvir uma manifestação da Congregação sobre a questão da língua e que colocaria em bloco o encaminhamento para o Conselho Universitário, para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação das sugestões da nossa CPG que estão aqui representadas como: estudante temporário e Dissertação/Tese como obra do autor. O Prof. Mário Oliveira disse que apenas ele tinha essa opinião sobre a redação em português e que não havia sentido colocá-la. O Sr. Arão Garcea disse que a Congregação ainda não tinha aprovado que de fato fariam agora esse novo documento. O Sr. Diretor informou que estava colocando o assunto em pauta. Disse que encaminharão um documento solicitando modificações e as modificações que aprovarão para que constem do documento seriam essas. Disse que seria encaminhada ao CO uma sugestão de modificações. O Prof. Américo Kerr se manifestou dizendo que poderia ter entendido errado, mas o representante discente da Pós-Graduação fez uma proposta também que precederia que é de que essa discussão ocorra após o Congresso da USP que vai ser daqui a um mês, no final de maio e o Sr. Diretor disse que ela era inócua. O Prof. Américo Kerr insistiu em que ela deveria ser apreciada. O Sr. Diretor pergunta se essa era a proposta do Prof. Américo de não deliberar agora, só após o Congresso. O Prof. Vito Vanin disse que se não se conseguir adiamento no CO, pelo menos estas propostas foram encaminhadas. Disse que no seu modo de ver essa aprovação não significa

INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**A T A S**

que não se possa pedir o adiamento. Se houver o adiamento, se discute mais; se não houver, isso já foi aprovado. Disse que queria garantir essa passagem. O Sr. Diretor colocou em votação a proposta da CPG que foi aprovada com 4 abstenções. Colocou, a seguir, em votação a proposta do representante discente de continuar a discussão e enviar após o 5º Congresso uma sugestão de reforma, sem prejuízo dessa que já foi aprovada. Foi aprovada com 23 votos a favor e 3 abstenções. **ITEM 1.3 – COMUNICAÇÕES DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES. ITEM 1.4 – COMUNICAÇÕES DO REPRESENTANTE DA CONGREGAÇÃO NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ITEM 1.5 - COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS DA CONGREGAÇÃO.** O Sr. Diretor, solicitou que, tendo em vista o adiantado da hora, a não ser que haja uma comunicação importantíssima, deixará as comunicações para a próxima reunião. Não havendo comunicações urgentes e nada mais havendo a tratar, o Sr. Diretor encerrou a reunião às 13h20min, e eu, Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata por mim assinada e pelo Sr. Diretor. São Paulo, 24 de abril de 2008.